Repositório Institucional da UFPI

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - RI/UFPI**

**1. Identificação do material bibliográfico:**

Tese: [ ] Dissertação: [X]

**2. Identificação da Tese ou Dissertação:**

Programa de pós-graduação: em História do Brasil

Autor: Sarah Rocha Rios

E-mail: sah.rocha@hotmail.com

Orientador (a) Cláudia Cristina da Silva Fontineles

Instituição: Universidade Federal do Piauí - UFPI

Membro da banca: Marcelo de Sousa Neto

Instituição: Universidade Federal do Piauí - UFPI

Membro da banca: Antonio Maureni Vaz Verçosa de Melo

Instituição: Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Título obtido: Mestre

Data da defesa: 31 / 08 / 2023

Título do trabalho: Timon (MA) sob a tecitura dos espaços: Políticas públicas e transformações urbano-sociais (2000-2015)

Agência de fomento (em caso de aluno bolsista): _____

**3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:**

Liberação para publicação:

Total: [X]

Parcial: [ ]. Em caso de publicação parcial especifique o(s) capítulos(s) restrito(s):_____

.....

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Em atendimento ao Artigo 6º da Resolução CEPEX nº 021/2014, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, no Repositório Institucional (RI/UFPI), no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Teresina - PI Data: 15 / 07 / 2024

Assinatura do autor: Sarah Rocha Rios

* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PREPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

SARAH ROCHA RIOS

# TIMON(MA) SOB A TECITURA DOS ESPAÇOS: POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSFORMAÇÕES URBANO-SOCIAIS (2000 – 2015)

Teresina – PI
2023

SARAH ROCHA RIOS

# TIMON (MA) SOB A TECITURA DOS ESPAÇOS: POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSFORMAÇÕES URBANO-SOCIAIS (2000 – 2015)

Texto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Cláudia Cristina da Silva Fontineles.

Teresina – PI
2023

SARAH ROCHA RIOS

# TIMON(MA) SOB A TECITURA DOS ESPAÇOS: POLÍTICAS PÚBLICAS E TRANSFORMAÇÕES URBANO-SOCIAIS (2000 – 2015)

Texto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Cláudia Cristina da Silva Fontineles.

Aprovado em, ____ de _____de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

_____
Profª. Drª. Cláudia Cristina da Silva Fontineles (Orientadora)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

_____
Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto (Examinador Interno)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

_____
Prof. Dr. Antônio Maureni Vaz Verçosa de Melo (Examinador Externo)
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

_____
Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos (Suplente)
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Teresina – PI
2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

R586t Rios, Sarah Rocha.
Timon (MA) sob a tecitura dos espaços : políticas públicas e transformações urbano-sociais (2000 – 2015) / Sarah Rocha Rios. - 2023.
93 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2023.
"Orientadora: Prof.ª Dr.ª Cláudia Cristina da Silva Fontineles".

1. História e cidade. 2. Expansão urbana. 3. Políticas públicas. 4. Timon (MA). I. Rios, Sarah Rocha. II. Título.

CDD 981.22

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353

À minha mãe Milagres Rocha e irmã Jéssica Rocha, por todo cuidado, compreensão e apoio nos momentos mais difíceis. Pelo amor dedicado em cada detalhe.

## AGRADECIMENTOS

Nesta jornada em direção ao conhecimento, onde tantas vezes o caminho se fez ermo, agradeço antes de tudo ao Altíssimo, Senhor de toda ciência e conhecimento, meu sustento em cada passo, pai bondoso e provedor, zeloso em cada detalhe da minha jornada até este momento, refúgio sempre presente nos momentos difíceis, a quem devo minha existência e o mérito dessa conquista em minha vida. À Ele agradeço a bênção e permissão de ingressar e concluir essa etapa tão valiosa da minha vida acadêmica, pelo milagre concedido ao inspirar cada palavra aqui escrita. Muitos milagres se realizaram para que esse trabalho se materializasse, ao Senhor toda honra e glória!

Serei eternamente grata a quem acreditou em mim mais que todos, mais que eu mesma pensei ser capaz. Por nunca duvidar da minha capacidade de percorrer caminhos longos e difíceis como o da jornada acadêmica, mesmo quando muitas vezes desacreditei e por lutar para me abrir caminho quando já me faltavam forças para seguir seus passos. Seu apoio, incentivo, contribuições, compreensão, não somente em relação à pesquisa, mas sobre tantas coisas que as palavras não dão conta de dar nomes. À minha orientadora, profª Cláudia Fontineles, agradeço pelos estímulos constantes diante das minhas limitações, por ser fundamental para a realização desse sonho, por seu modelo e inspiração de profissional e humano. Por não silenciar diante das injustiças e por fazer presente sua voz no ambiente acadêmico.

À minha mãe, Milagres Rocha, minha referência maior de amor incondicional, suporte em todas as horas, responsável pela minha vida e por quem sou. Minha inspiração, lugar seguro, ponto de equilíbrio, minha base. Através do seu exemplo aprendi sobre a importância dos estudos e o ensinamento de que na vida as coisas mais importantes exigem de nós certas, e muitas vezes grandes, renúncias. Agradeço infinitamente por sua coragem, determinação, seu empenho, garra, carinho, compreensão e incentivo a mim dedicados até hoje. Sem todo o seu sacrifício essa conquista não seria possível, é seu também o mérito dessa realização.

À minha família pelo apoio, incentivo e sustento durante todo o percurso. Agradeço de forma especial à minha irmã, Jéssica Rocha, por não medir esforços em me auxiliar sempre que preciso, pelo amparo nos momentos mais turbulentos,

pela parceria e acolhimento. Sua força e coragem nos momentos mais difíceis também me fizeram mais fortes, sua fé, generosidade e zelo me são fontes de grande inspiração. Louvo e agradeço à Deus pelos milagres que tem realizado em nossas vidas. Também aos meus irmãos, Nassif e William, pelo carinho e compreensão que me dedicam. Devo-lhes o mérito de me proporcionarem ir mais longe.

Agradeço também à minha amiga, Geise Caroline, a quem a graduação me apresentou. Deus me abençoou com sua amizade e com a alegria de partilharmos a caminhada acadêmica desde à graduação até aqui. Sua amizade e apoio incondicional foram imprescindíveis para me fazer chegar até este ponto do caminho, tornaram as dificuldades mais leves quando tudo se fazia pesado. Agradeço por nunca soltar minha mão, pela compreensão de coisas que somente você entenderia e por tantas outras que escapam às palavras, pela reciprocidade indescritível e por nunca se recusar a apontar o caminho.

Ao meu namorado, Renildo Maia, companheiro e incentivador desde os tempos de escola, onde se iniciou nossa história. Sou grata por todo carinho, compreensão nas ausências, motivação nos momentos difíceis e inspiração quando faltavam forças. Seu exemplo me ensinou que desistir não é opção. Essa conquista também é sua e também foi por você.

Agradeço também à todos professores, mestres e amigos de turma e de vida que colaboraram com essa conquista, sem suas contribuições não seriam possível alcançar essa realização. Pela base de conhecimento, orientações, ressignificações e crenças confiadas a mim.

*“Não se encontra o espaço, é sempre necessário construí-lo.”*

*Gaston Bachelard*

## RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar, sob a perspectiva histórica, o desenvolvimento socioeconômico e a expansão urbana do município de Timon (MA) entre os anos 2000 e 2015, com foco em políticas públicas de desenvolvimento social, visando compreender em que medida a população local foi afetada pelas transformações ocorridas no período em questão, propondo-se uma análise do Plano Estratégico e Sustentável de Timon (MA) – Agenda 21, (2002) em que se estabeleceram metas e estratégias para o desenvolvimento do município em diversos setores sociais, a serem alcançadas até o ano de 2015, justificando assim o recorte temporal proposto. A pesquisa debruça-se sobre a análise voltada para a emergência de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento das cidades brasileiras e a ampliação de programas sociais voltados para as camadas sociais economicamente vulneráveis. Além de perceber a relação que se estabelece entre o uso da terra e os demais aspectos sociais como: habitação, saúde, educação, meio ambiente, dentre outros. Para tanto, realizaremos análise documental voltada para relatórios da Prefeitura Municipal de Timon (MA) e dos Governos Federal e Estadual disponibilizados por portais eletrônicos oficias, além da metodologia de História Oral temática. Estabelecendo diálogo com os autores Ana Fani Carlos (2015), Erminia Maricato (2013; 2014), Jacques Le Goff (1998), Michel de Certeau (2000; 2014), Marcelo de Souza (2006), Raquel Rolnik (2004), Roberto Lobato Corrêa (2004), Janaína Amado e Marieta Ferreira (2006), entre outros.



**Palavras-chaves:** História e Cidade. Expansão Urbana. Políticas Públicas. Timon (MA).

## ABSTRACT

The present work aims to analyze, from a historical perspective, the socioeconomic development and urban expansion of the municipality of Timon (MA) between the years 2000 and 2015, focusing on public policies of social development, aiming to understand to what extent the local population was affected by the transformations that occurred in the period in question, proposing an analysis of Timon's (MA) Strategic and Sustainable Plan - Agenda 21, (2002) in which goals and strategies were established for the development of the municipality in various social sectors, to be achieved by the year 2015, thus justifying the proposed time frame. The research focuses on the analysis focused on the emergence of public policies aimed at the development of Brazilian cities and the expansion of social programs aimed at economically vulnerable social strata. In addition to perceiving the relationship established between land use and other social aspects such as: housing, health, education, environment, among others. To do so, we will carry out a documental analysis focused on reports from the Municipality of Timon (MA) and the Federal and State Governments made available by official electronic portals, in addition to the methodology of thematic Oral History. Establishing a dialogue with the authors Ana Fani Carlos (2015), Erminia Maricato (2013; 2014), Jacques Le Goff (1998), Michel de Certeau (2000; 2014), Marcelo de Souza (2006), Raquel Rolnik (2004), Roberto Lobato Corrêa (2004), Janaína Amado and Marieta Ferreira (2006), among others.



**Keywords:** History and City. Urban Expansion. Public policy. Timon (MA).

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada
BNH – Banco Nacional de Habitação
CREA – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ESF – Estratégia Saúde da Família
FIC – Formação Inicial e Continuada
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto Sobre Circulação De Mercadorias E Serviços
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFMA – Instituto Federal do Maranhão
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
IQV – Índice de Qualidade de Vida
OMEMP – Organização Mundial de Estados, Municípios e Províncias
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PBS – Programa Bolsa Família
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PHS – Programa de Habitação Social
PIB – Produto Interno Bruto
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PSF – Programa de Saúde da Família
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento
RMV – Renda Mensal Vitalícia
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOM – Secretaria de Comunicação Social

SFH – Sistema Financeiro de Habitação

UBS – Unidade Básica de Saúde

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Visão Panorâmica de Ocupação no Bairro Cidade Nova ..... 48
Imagem 02: Casa de Palha no Bairro Cidade Nova ..... 63
Imagem 03: Conjunto habitacional Novo Tempo ..... 65
Imagem 04: Vista Panorâmica do Conjunto Habitacional Novo Tempo ..... 69

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Município de Timon (MA) ..... 26

Mapa 02: Vetores de Expansão Urbana do Município de Timon (MA) ..... 50

Mapa 03: Perímetro Urbano do Município de Timon (MA) ..... 53

Mapa 04: Localização dos Conjuntos Habitacionais Novo Tempo e Cocais ..... 69

Mapa 05: Expansão Urbana do Município de Timon (MA) entre os anos 1985, 2000 e 2016..... 70

Mapa 06: Conjunto Habitacional Primavera ..... 73

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: População de Timon (MA) (2000 – 2010) ..... 29

Tabela 02: Presidentes do Brasil (1995 – 2016) ..... 35

Tabela 03: Governadores do Maranhão (1995 – 2014) ..... 35

Tabela 04: Prefeitos de Timon (MA) (1997 – 2015) ..... 35

Tabela 05: Lista de Conjuntos Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida em Timon (MA) ..... 66

Tabela 06: Relação dos 10 municípios com maiores gastos habitacionais do Maranhão ..... 74

Tabela 07: Gráfico da evolução nominal do Salário Mínimo entre os anos 1994 – 2016 ..... 82

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO** ..... 16

**CAPÍTULO 01 – TIMON (MA) SOB O SIGNO DO NOVO MILÊNIO: MUDANÇAS POLÍTICAS E SOCIAIS NO INÍCIO DOS ANOS 2000** ..... 24

1.1 Timon (MA) Entre Os Séculos XX E XXI ..... 25

1.2 Primeiros Anos do Novo século e Mudanças No Cenário Político Nacional ..... 34

**CAPÍTULO 02 – PLANEJAR A CIDADE: ENTRE OLHAR PARA O PASSADO E ESTRATÉGIAS PARA O FUTURO** ..... 41

2.1 Planejamento Estratégico: Uma Análise ..... 43

**CAPÍTULO 03 – TIMON (MA) ENTRE O PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E O ALARGAMENTO DO TECIDO URBANO** ..... 57

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... 86

**REFERÊNCIAS** ..... 89

# INTRODUÇÃO

O período que se entende como virada do século XX para o século XXI carregou consigo grande perturbação em todas as partes do mundo, um exemplo disso foi a ideia apocalíptica sobre o fim do mundo, sendo difundida por muitos nessa época e comum à transições de séculos e até milênios, como este caso. Mas enquanto uns atemorizavam-se diante da possibilidade de um fim trágico, outros aspiravam a chegada de um futuro que traria consigo o tão sonhado desenvolvimento e modernidade, ambição ainda mais especial para regiões mais pobres e interioranas.

Esse momento de mudança de século mexeu com a imaginação de sujeitos de todas as partes do globo levando-os à condição de não somente espectadores, como também de atores que por serem agentes não se conformam em apenas absorver de uma trama o que vincula na tela. Estes sujeitos passaram a ser mais que testemunhas dos acontecimentos de um filme que lhes era projetado e adentraram o enredo, caracterizando-se como agentes transformadores dessa história em curso. Sendo este o caso da cidade de Timon (MA), município situado no estado do Maranhão, que nos últimos anos vem apresentando mudanças em diversos aspectos sociais levando à transformações da cidade em linhas históricas e geográficas, acarretadas principalmente por sua expansão urbana.

Podemos citar como exemplo de algumas dessas mudanças o aspecto estético da cidade, como a ampliação do tecido urbano, acarretado pelo aumento do número de habitantes, e o consequente crescimento no que se refere à habitação, levando a uma transformação na relação do indivíduo com a terra.

Historicamente o aumento da população urbana nas cidades em geral, acarreta o crescimento da pobreza, contudo, entre os primeiros anos do novo século Timon (MA) logrou a redução em pelo menos a metade do número de cidadãos vivendo abaixo do nível de pobreza[1]. Além disso, no ano de 2010 a cidade de Timon (MA) foi apontada pela *Revista Veja* como uma das “20 metrópoles do futuro” e no ano de 2011 foi premiada como uma das “100 cidades mais dinâmicas do Brasil” pela organização Brasil Américas.

[1] BRASIL. **Relatórios Dinâmicos** – Monitoramento de Indicadores. Portal ODM, 2015.

Diante dos referidos fatos ocorridos no seio dessa cidade esta pesquisa tenciona apontar e analisar os elementos que propiciaram essas transformações e se houve de fato, melhorias nas condições de vida de seus habitantes entre os anos 2000 e 2015, atentando principalmente para as políticas públicas e as relações sociais estabelecidas entre a população o governo local. Nesse sentindo essa pesquisa objetiva responder questões como: Quais as principais transformações sociais e urbanas ocorridas nesse período? Quais investimentos foram mais significativos na promoção dessas mudanças? Como foi pensada a expansão urbana do município? E de que forma essa expansão foi gerida pela administração local? Qual o impacto dessas transformações na vida dos cidadãos timonenses? Tais questões estão voltadas, desse modo, para os agentes sociais que fazem e refazem a cidade, de acordo com Roberto Lobato Corrêa[2].

O recorte temporal que se pretende estudar as transformações do município em questão caracteriza o período que se inicia no ano 2000 e se estende até o ano de 2015. A delimitação do recorte espaço-temporal explica-se pelo acentuado desenvolvimento socioeconômico da cidade apresentado no referido período, bem como sua expansão urbana e investimentos de recursos públicos, proporcionando mudanças em diversos aspectos sociais levando à alterações da cidade em linhas históricas e geográficas. O recorte proposto explica-se também pela análise que se pretende realizar a partir do documento Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Timon (MA) – Agenda 21, sendo esse documento norteador para compreender as metas estabelecidas no ano de 2002 pela gestão municipal juntamente com vários setores sociais do município a serem alcançadas até o ano de 2015, traçando estratégias de combate à pobreza e à miséria e contendo propostas de melhorias quanto à saúde pública e a qualidade de assentamentos humanos.

É possível observar no período mencionado, em âmbito nacional, a emergência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social e promoção de melhorias nas cidades brasileiras. À exemplo podemos citar a criação do Estatuto da Cidade, sancionado em 2001 e a criação do Ministério das Cidades em 2003. O Estatuto da Cidade configura um documento com diretrizes que visam proporcionar o desenvolvimento urbano a partir de um conjunto de instrumentos

[2] CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª Ed. – São Paulo: Ática, 2004, p. 12.

obrigatórios, na qual o plano diretor caracteriza-se como um dos principais, tendo esse um papel norteador e pilar de uma gestão democrática da cidade. O Ministério das Cidades, por sua vez, tem por objetivos melhorar a qualidade de vida da população e garantir o direito à cidade por meio do combate às desigualdades sociais, visa também a transformação da cidade num espaço mais humanizado e a ampliação do acesso da população à moradia, saneamento e transporte.

Nesses primeiros anos do novo século o Governo Federal também se empenhou mais significativamente no combate à miséria em âmbito nacional através de investimentos em políticas de incentivo social com a criação de diversos programas sociais e a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2004, este último tendo por missão a promoção da inclusão social e segurança alimentar de famílias que vivem em situação de pobreza.

Em relatório do Governo Federal observa-se que,

> [...] em 2000, existiam apenas três programas (BPC [Benefício de Prestação Continuada], RMV [Renda Mensal Vitalícia] e PETI [Erradicação do Trabalho Infantil]). No entanto, nos anos seguintes outros seis foram elaborados e implementados por diferentes ministérios: em 2001, Agente Jovem, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás; em 2003, Programa Cartão Alimentação e Programa Bolsa Família[3].

No ensino superior, ingressado no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, diante do aprofundamento das leituras do curso deparei-me com estudos voltados para a temática de História e Cidade, então vislumbrei a possibilidade de realização de um estudo mais aprofundado sobre o município em que sempre morei na qual poderia debruçar-me um pouco mais sobre sua história, até então muito pouco conhecida por mim. Foi somente quando confrontada com a necessidade de escolha do tema para o tão temido trabalho de conclusão de curso que, de fato, me lancei a pesquisar sobre o município maranhense.

Optei pela realização desta pesquisa ainda na graduação, a princípio com a expectativa de realizar um trabalho que contemplasse o início de seu povoamento e, portanto, o início de sua história, mas lançando-me à pesquisa encontrei a publicação da monografia do professor Raimundo Nonato onde o mesmo havia desenvolvido tal pesquisa, publicado em 2007 sob o título *Timon uma flor de*

---

[3] BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Financiamento da Assistência Social no Brasil. Caderno SUAS, ano 3, nº 3, Brasília: 2008. p. 14.

*cajazeira: do povoamento à Vila*[4] e também, publicado no mesmo ano, sua dissertação com o título *História, Memória e Identidade na cidade de Timon na década de 1980*[5], onde trata de questões em torno da construção do estigma de cidade violenta e marginalizada a qual é atribuída à Timon (MA) e a qual impele à seus moradores. Nesse mesmo trabalho o autor compartilha de semelhante sentimento ao qual me deparei ao ingressar no ensino médio na capital teresinense, o seu relato denuncia o preconceito sofrido pelo mesmo por residir no município maranhense e estudar na capital vizinha. Tanto pelo compartilhamento de sua vivência quanto pela contribuição de suas pesquisas senti-me ainda mais motivada a iniciar essa investigação na graduação e agora aprofundá-la e assim poder colaborar para a valorização da história da cidade de Timon (MA).

Além desses dois trabalhos citados sobre Timon (MA), também outras três obras possuem reconhecida relevância no cenário local em relação às suas contribuições para a história do município. A primeira trata-se da pesquisa desempenhada pela professora Raimunda de Carvalho Souza, conhecida popularmente por Dona Mundoca, a qual foi pioneira nos estudos sobre a cidade, desempenhando projetos de pesquisa desde a década de 1960 teve sua obra publicada em 2005 com o título *Timon: sua história, sua gente*[6]. A segunda obra refere-se à *Vila das Flores*[7], de Venâncio Lula, publicada em 1991, debruça-se sobre a Timon (MA) do século XIX até a década de 1980, traçando uma pesquisa sobre sua história, geografia e aspectos sociais, políticos e econômicos. A terceira obra é de José Élcio Côelho, *Padre Delfino e Timon: vida, missão e história*[8], publicado em 2015, sobre essa figura popular e significativa no cenário político e cultural de Timon (MA) em meados do século XX, considerando vários aspectos sociais e transformações urbanísticas da cidade. As pesquisas desenvolvidas sobre o município não limitam-se apenas aos trabalhos citados anteriormente, mas me limitarei aqui a elencar os referidos.

Diante de trabalhos tão enriquecedores para e sobre a história desse município foi que decidi por debruçar-me sobre sua história mais recente, com o

---

[4] SANTOS, Raimundo N. L. dos. **Timon, uma flor de cajazeira:** do povoamento à vila. – Timon: GRAFETI, 2007.
[5] Id., **História, memória e identidade na cidade de Timon na década de 1980**. 2007. 111f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina.
[6] SOUSA, Raimunda de Carvalho. Timon: sua história, sua gente. Timon: Fundação Municipal de Cultura, 2005.
[7] LULA, Venâncio. Vila de flores. Brasília: [s.e], 1991.
[8] COÊLHO, José Elcio. **Padre Delfino e Timon:** vida, missão e história. Teresina: EDUFPI, 2015.

intento de chamar atenção para as transformações sociais desta cidade, considerando elementos positivos e negativos, e de que forma esses aspectos contribuem para o reconhecimento de suas potencialidades. Assim, considero significativa a produção dessa pesquisa em razão dos motivos já citados.

São muitos os estudos voltados para a linha de pesquisa de História e Cidade, essa temática que coloca o espaço citadino como centro de seus trabalhos e os estudos que lhe envolvem exigem a articulação de diversos saberes científicos, como por exemplo, história, geografia, economia, gestão pública, política, entre outras, para que se consiga contemplar os mais diversos aspectos que lhe compõem, caracterizando a temática como um campo radicalmente interdisciplinar[9].

Essa característica interdisciplinar no campo da história só foi possível através de reformulações metodológicas articuladas a partir da História Nova, a qual propôs uma abertura ao campo historiográfico de novos objetos, temas e enfoques, enfim, novas abordagens. Na percepção do historiador Jacques Le Goff, essa nova tendência conservou a mesma ambição dos Annales de produzir uma história que compreenda a sociedade e sua evolução segundo modelos globalizantes. Contudo, procurou alcançá-la por outros caminhos, exemplificando o uso de estudos utilizados como modelos como ponto de partida, permitindo, em suas palavras, uma regeneração dos estudos de história local ou regional[10].

Tal mudança, no entanto, foi o que nos permitiu desenvolver este trabalho que estabelece relação entre história e cidade, levando-nos a estipular um diálogo entre o espaço urbano, economia e gestão política aportados ao saber historiográfico. Dessa forma, tomemos como aporte pesquisadores de diversas áreas, na qual mantém em comum em suas pesquisas o interesse pelo desenvolvimento das cidades, naturalmente submetendo-os ao método histórico, pois em conformidade com Michel de Certeau, ao afirmar que “em história como em qualquer outra coisa, uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de ‘valores eternos’ ou na apologia de um ‘intemporal’”[11], nos chamando atenção para a necessidade de submeter a pesquisa à erudição, sob o risco de perdermos a relevância do que é fundamental à História, o tempo.

---

[9] QUEIROZ, Teresinha. A cidade na historiografia brasileira. In: QUEIROZ, Teresinha. et. al. (Org). **Piauí** – História, cultura, patrimônio. – Teresina: Instituto Camilo Filho, 2010, p. 21.

[10] LE GOFF, Jacques. Prefácio à nova edição. In: LE GOFF, Jacques et. al. **A história nova.** – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 03.

[11] CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 66.

O historiador francês afirma, ainda, ser necessário procurar o entendimento de seu objeto para que se tenha consciência do que ele lhe permite e/ou proíbe no desenvolvimento de sua pesquisa: “antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe permite apenas um tipo de produção e lhe proíbe outros”[12].

Aportado nesse entendimento nos propomos a compreender as transformações ocorridas no seio dessa cidade no que tange ao seu o seu aspecto social e econômico e sua expansão urbana a partir do investimento em políticas públicas por parte do governo federal e municipal, buscando identificar e analisar os investimentos, partindo do poder público, que proporcionaram o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Timon (MA) no período 2000 – 2015.

Desse modo, seguindo conselhos de historiadores como Carlos Bacellar, ao auxiliar jovens pesquisadores de como tratar algumas fontes e de suas contribuições para a historiografia, o autor ressalta que a importância do documento só pode ser estabelecida de acordo com o objetivo da pesquisa específica a ser realizada pelo historiador, seus interesses e questionamentos[13].

Partindo desse princípio, para a realização desse trabalho consideramos necessária a utilização de fontes documentais e bibliográficas. As fontes analisadas se tratam de documentos da Prefeitura de Timon (MA) bem como documentos relatórios do Governo Federal, Caixa Econômica Federal, Anuário Estatístico e dados do IBGE e outros sites, visando uma análise que contemplem as políticas públicas de investimento na cidade e a forma como o governo em curso geriu esses recursos. Além de estabelecer diálogo com autores como Ermínia Maricato (2014), Jacques Le Goff (1998), Élcio Coêlho (2015), Antônio Façanha (2007), Michel de Certeau (2014), Ana Fani Carlos (2015), Raquel Rolnik (2004), Roberto Lobato Corrêa (2004) entre outros. Também lançamos mão da História Oral, na qual foi introduzida no Brasil pelos anos 1970, mas que somente nos anos 1990 passou a experimentar uma expansão mais significativa[14]. Utilizaremos, portanto, como fonte e como metodologia, através de entrevista com a ex-prefeita e ex-vereadora do

[12] CERTEAU, op. cit. 2000, p. 12.
[13] BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. – 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2008, p. 25.
[14] AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história Oral**. – 8ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

município de Timon (MA), profª Socorro Waquim, pelo fato de sua gestão coincidir com a maior parte do recorte estudado, tratando-se dos anos entre 2005 e 2012, configurando dois mandatos seguidos. A entrevista foi realizada em 2018, quando da elaboração da monografia para conclusão da graduação.

Essa pesquisa também se insere dentro da vertente de História do Tempo Presente, na qual a discussão levantada no seio dessa história torna-se imprescindível para a realização desse trabalho, partindo do entendimento do historiador François Bédarida, o qual entende que "a história do tempo presente, mais do que qualquer outra, é por natureza uma história inacabada: uma história em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo, portanto objeto de uma renovação sem fim"[15], assim também é a cidade, produto inacabado de seus habitantes e em constante transformação. A História do Tempo Presente se constitui como uma história que escapa, como aponta os historiadores franceses Jean-Pierre Rioux[16] e Michel de Certeau[17], do quantitativo maciço e suas verdades estatística posto que esta se faz com testemunhas vivas que também são fontes fecundas para este a composição desse ofício. Desse modo, entendendo que nenhum documento é em si só uma verdade absoluta, nem os documentos oficiais e nem mesmo as fontes orais e que cabe ao historiador delimitar, questionar e problematizá-las.

No capítulo 01 "Timon (MA) Sob o Signo do Novo Milênio: Mudanças Políticas e Sociais no Início dos Anos 2000", foi traçado em linhas gerais a relação que se efetiva entre a cidade e o campo histórico, fazendo-se entender sobre a abertura histórica e a possibilidade de realização dessa pesquisa. Contemplo também algumas transformações políticas ocorridas na transição do século XX para o século XXI. Apresento um histórico do município situando o leitor a respeito de sua localização, sobre o início de seu povoamento e seu perfil socioeconômico, e ao final, ressalto as transformações sociais que levaram ao seu aumento populacional no início dos anos 2000.

---

[15] BEDÁRIDA, François. Tempo presente e a presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 229.

[16] RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnes; TETART, Philippe. (orgs.). **Questões para a história do presente.** Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 45.

[17] CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. 22. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 15.

No capítulo 02 intitulado “Planejar A Cidade: Entre Olhar Para o Passado e Estratégias Para o Futuro” analiso aspectos do planejamento urbano da cidade de Timon (MA), sobre objetivos traçados pelo município em parceria com a população e as estratégias a serem atingidas até o ano de 2015, conforme demonstra sua Agenda 21. Ressalto a importância do planejamento como um agente social articulador da pluralidade citadina, enfatizando a adesão de seu viés mais democrático e participativo. Analiso também a relação estabelecida entre o avanço urbano, a necessidade do planejamento habitacional e o impacto ambiental.

Por fim, no capítulo 03, “Timon (MA) Entre o Planejamento e a Execução: Políticas Públicas e o Alargamento do Tecido Urbano” enfatizo alguns aspectos da expansão urbana ocorrida no município de Timon (MA) e as ações dos Governos Municipal e Federal, em se tratando dos programas sociais como medidas de intervenção urbana e melhoramento das condições sociais da cidade. Realizo uma contraposição da ocorrência da cidade apropriada sem critérios por parte da população dando origem às ocupações irregulares frente à cidade planejada constituída pelos conjuntos habitacionais. E finalmente desvelo os avanços apresentados pelo município em face a essas transformações de seu corpo socioespacial.

# 1. TIMON (MA) SOB O SIGNO DO NOVO MILÊNIO: MUDANÇAS POLÍTICAS E SOCIAIS NO INÍCIO DOS ANOS 2000

*"Essa história começa ao rés do chão, com passos.*
*Os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares."*
*(Michel de Certeau)*

Os lugares passam a ser moldados por quem o habita ou por quem nele transita. Esse entendimento é defendido pelo historiador Michel de Certeau, que acaba por comparar o ato de caminhar com o de falar e traça o seguinte paralelo: "O ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação [...]. É uma realização espacial do lugar (assim como ato da palavra é uma realização sonora da língua)"[18]. Desse modo, entendemos que o espaço se realiza a partir de sua ocupação, dos passos que lhe moldam, das experiências de quem lhe habita e lhe atribui significado.

Não diferente ao município de Timon (MA), que segundo a esse entendimento tem apresentado mudanças urbanísticas e sociais a partir desse jogo de passos dos seus agentes sociais em se tratando da ocupação de seus espaços urbanos, seja essa ocupação planejada pelos governos vigentes ou de forma espontânea pela população e por vezes irregulares como veremos mais adiante, ou mesmo pela ação de políticas públicas.

O geógrafo Roberto Lobato Correa observa que os grupos sociais, entre os principais estão: proprietários industriais e fundiários, promotores imobiliários, o Estado e grupos sociais excluídos[19]; são agentes transformadores do espaço urbano, responsáveis por fazer e refazer a cidade através de suas práticas, estratégias e por meio de suas ações concretas. São, portanto, agentes sociais responsáveis pelas mudanças e pelo constante processo de reorganização espacial das cidades através de suas diversas ações.

Nesse sentido, observando as transformações ocorridas nas últimas décadas no município de Timon (MA), localizado no interior do Maranhão a 450 km da capital São Luís, o presente trabalho consiste em lançar luz sobre este município através de

[18] CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. 22. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 164.
[19] CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª Ed. – São Paulo: Ática, 2004, p. 12.

uma análise que propõe a compreensão, sob a perspectiva histórica, do seu desenvolvimento e avanços sociais partindo dos setores econômico, político e social, observando em que medida as consequências da expansão urbana e econômica afetou os residentes da região.

## 1.1 Timon (MA) entre os séculos XX E XXI

Ao longo de sua história a cidade de Timon (MA) já recebeu várias denominações como São José do Parnaíba, depois São José das Cajazeiras e posteriormente Flores, quando ainda na condição de povoado e vila. A cidade somente recebeu a denominação que tem hoje em 1943, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) assim o fez, sob o argumento de que ao sul do país houvesse uma cidade mais antiga também chamada Flores. Assim, sem mesmo uma consulta prévia à população, a cidade passou a se chamar Timon (MA), uma homenagem feita ao intelectual maranhense João Francisco Lisboa, que era conhecido como "Timon (MA) maranhense" devido o pseudônimo que adotou ao criar o "Jornal de Tímon"[20].

O município de Timon (MA) encontra-se localizado no interior do estado maranhense, situado à margem esquerda do rio Parnaíba e conta com mais de um século de existência, mais precisamente 132 anos, tendo o início de seu povoamento anterior à essa data. O município possui extensão territorial de 1.764,612 km², e desde seu surgimento esteve intimamente relacionado à capital do estado do Piauí, Teresina, com quem divide a margem leste do rio que lhe serve como fronteira natural. Também faz fronteira com o município de Caxias, ao norte e oeste de seu território, e com o município de Matões ao sul.

No início dos anos 2000 Timon (MA) contava com mais de 129 mil habitantes[21]. O município encontra-se localizado mais especificamente no "entroncamento" de duas rodovias importantes, BR-316 e BR-226. Essa localização lhe permite atuar como um corredor de exportação para escoamento de riquezas entre vários estados do nordeste, como o próprio Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia e outros estados do Brasil, bem como o recebimento de

[20] SANTOS, Raimundo N. L. dos. **Timon, uma flor de cajazeira:** do povoamento à vila. – Timon: GRAFETI, 2007, p. 20.
[21] IBGE – Censo Demográfico 2000.

inúmeros imigrantes à procura de melhores condições de vida. Dadas essas informações podem-se perceber que sua localização privilegiada contribui positivamente para sua economia, no que concerne à movimentação de capital econômico, contudo é atribuída à Timon (MA) uma inabilidade em explorar adequadamente seu potencial econômico[22].

Para melhor situar o leitor a respeito de sua localização dispomos a seguir do mapa do município:

**Mapa 01 – Município de Timon (MA)**



Fonte: Google Imagens, 2023.

A respeito de seu processo de urbanização, o historiador Raimundo dos Santos aponta que a urbanização da mesma só veio a acentuar-se em meados dos anos 1960. Fato comum a diversas cidades brasileiras em virtude da política de expansão industrial promovida pelo governo de Juscelino Kubitschek, caracterizando

[22] TIMON. Prefeitura Municipal. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Timon –** Agenda 21. Timon, 2002, p.18.

essa época com um “intenso e acelerado crescimento econômico”[23]. O mesmo autor ressalta:

> O desenvolvimento urbano da cidade de Timon (MA) foi semelhante ao das demais cidades do interior do Brasil, ou seja, ocorreu de forma lenta devido aos poucos recursos financeiros das Prefeituras que se viam “engessadas” pela centralização política dos governos militares[24].

Indo de encontro a essa observação o historiador Francisco Alcides Nascimento, em estudo realizado sobre Teresina (PI) na segunda metade do século XX, nota que nesse período a capital do Piauí passou a receber maior contingente de imigrantes, segundo o historiador em razão de sua condição como sede administrativa e a consequente oferta de inúmeros serviços, bem como sua função comercial[25]. O autor destaca ainda, entre os fatores contribuintes a essa imigração o

> processo de modernização da agricultura, que provocou (e provoca) a expulsão do homem do campo, somando-se ao desejo dos agricultores sem-terra de dar aos filhos uma vida melhor, com acesso à educação formal, à assistência médico-hospitalar, para indicar duas motivações sempre lembradas pelos imigrantes que chegavam à cidade. Pode-se supor que buscassem “diferentes estratégias de sobrevivência, outras possibilidades e realização de sonhos”[26].

O aumento populacional do ambiente urbano promovido pelo êxodo rural é um evento corrente vivido por inúmeras cidades do Brasil, e até mesmo em caráter mundial, como se sabe consequente da Revolução Industrial (séc. XVII – XVIII). A migração vivida por Timon (MA) não se explica necessariamente pela indústria em si, visto que o processo migratório para a cidade se iniciou quando esta ainda vivia em situação econômica pouco desenvolvida. O que se observa é que em virtude de sua localização considerada “privilegiada” o município acabou por atrair uma massa populacional que visava melhores condições de vida, uma vez que esta se encontra em situação de vizinhança com a capital de um estado brasileiro, Teresina (PI), perfazendo a ideia de que a oportunidade de uma “ascensão econômica” pudesse

---

[23] SANTOS, Raimundo N. L. dos. **História, memória e identidade na cidade de Timon na década de 1980**. 2007. 111f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, p. 31.
[24] Ibid., p. 49.
[25] NASCIMENTO, Francisco Alcides. Cidade, memórias de imigrantes, pobreza e vidas cruzadas. In: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva et al. **Itinerários da pesquisa em história:** a polifonia de um tempo. Teresina: EDUFPI, 2014, p. 170.
[26] Ibid., p. 176.

estar mais próxima, nesse entremeio. Entendemos, portanto, a cidade a partir da proposição de Raquel Rolnik ao conceber que “a cidade é antes de mais nada um ímã, antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia”[27].

Reforçando o fato acima mencionado, a historiadora Cláudia Fontineles observa que a capital piauiense de meados da década de 1970 passou a atrair um fluxo intenso de pessoas de outras cidades motivadas pelos encantos e possibilidades que esta oferecia através dos projetos modernizadores que lhe eram implantados na época por força de ações do Estado.

> [...] a abundante mão-de-obra existente na capital, estimulada pelo acentuado processo migratório, que provocou um crescimento populacional na cidade de Teresina (PI), derivado de outros municípios piauienses. Isso permite perceber o papel de fascínio exercido pela capital em relação aos demais municípios, sugerindo ser este um espaço de maior atração dentro das fronteiras do Piauí, assim como ocorria em outras capitais brasileiras no período, em virtude das obras que nela erigiram[28].

Podemos perceber, portanto, o aumento desse contingente populacional na região e como é comum ao movimento migratório a cidade acaba por expandir desordenadamente, sem seguir o planejamento urbano quando, esse existe. Não diferente a isso foi o caso de Timon (MA). Porém, não podemos atribuir a expansão demográfica da cidade somente à migração, pois corremos o risco de sermos injustos. Contudo, de acordo com o plano estratégico de Timon (MA), “a cidade recebe diariamente inúmeros imigrantes que se instalam aqui em busca de melhores condições de vida, contribuindo para o agravamento da situação de pobreza, e, consequentemente aumentando a demanda por serviços, empregos e serviços sociais”[29].

O fenômeno da urbanização no Brasil, assim como na América Latina, apresentou aspectos mais intensos na segunda metade do século XX, quando passou a um total de 81,2% da população residindo em área urbana no ano 2000, uma realidade muito diferente do início do mesmo século quando esse percentual

---

[27] ROLNIK, op. cit., 2004, p. 13.

[28] FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. O “jorro efetivo da novidade” e os desafios da modernidade. In: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica:** maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p. 210.

[29] TIMON, op. cit., 2002, p.19.

não chegava a 30%[30]. Aspecto comum ao município de Timon (MA), que somente na segunda metade do antigo século passou a receber maior contingente populacional e a desfrutar de novos traços e aspectos urbanísticos.

**Tabela 01 – População de Timon (MA) (2000 – 2010)**

| **Timon (MA) – População** | | |
|---|---|---|
| População / Anos | 2000 | 2010 |
| Rural | 16.626 | 20.327 |
| Urbana | 113.066 | 135.133 |
| **Total** | **129.692** | **155.460** |

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000; Censo Demográfico 2010.

Sabe-se que o aumento populacional de um território acarreta a necessidade de oferta de mais serviços por parte do poder municipal, como é o caso, por exemplo, do aumento da coleta de lixo, transporte público, distribuição de água e esgoto, saneamento básico entre tantos outros. Além disso, o aumento do contingente habitacional acaba por expandir o tecido urbano e aumenta a demanda por moradias e consequentemente a ampliação do déficit habitacional.

Nesse contexto, diante dos dados referidos, podemos inferir que a emergência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das cidades e a ampliação dos programas sociais se fez cada vez mais necessária diante do fluxo migratório para os centros urbanos, fenômeno que pôde ser assistido nas cidades brasileiras desde meados do século passado e que vem intensificando-se ao longo dos anos.

Importante frisar que Timon (MA) está inserida na Região de Planejamento do Médio Parnaíba, uma das 32 regiões administrativas do estado do Maranhão. Essa região é formada apenas por três municípios, na qual inclui Matões (MA) e Parnarama (MA), sendo Timon (MA) a cidade polo da Região. Timon (MA) também se encontra inserida na Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina,

[30] MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. 7ª Ed. – Petrópolis: Vozes, 2013, p.16.

que consiste numa região integrada de desenvolvimento econômico, criada pela Lei Complementar Nº 112, de 19 de setembro de 2001[31], e regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.367, de 09 de setembro de 2002[32].

A RIDE – Grande Teresina inclui, além da capital teresinense, mais 12 municípios do Estado do Piauí e somente Timon no Estado do Maranhão. As RIDE's são áreas análogas às regiões metropolitanas brasileiras, a peculiaridade reside, porém, ao se tratarem de municípios situados em mais de uma unidade federativa, o que nesse caso explica-se pela conurbação protagonizada por Teresina (PI) – Timon (MA). Sua atuação está voltada para os principais setores que compõem o desenvolvimento das cidades, ou seja, infraestrutura, saneamento básico, geração de emprego, uso e ocupação do solo.

Timon (MA) e a capital vizinha, Teresina (PI), protagonizam, portanto, o fenômeno denominado por conurbação. Trata-se, então, de um evento peculiar se notarmos que existem apenas dois casos em que uma capital estadual faz divisa com município de outro estado, Porto Velho, capital de Rondônia, que faz fronteira com três municípios do estado do Amazonas, e Teresina, capital do estado do Piauí, o qual divide as margens do rio Parnaíba com Timon (MA), município maranhense, o que faz dessa relação única no nordeste brasileiro.

Timon (MA) e a vizinha Teresina (PI) despontaram nas margens do Parnaíba quase que simultaneamente, porém no decorrer de suas trajetórias a última acaba por se sobressair comparada à outra em virtude de sua condição de capital do estado do Piauí. A relação inicialmente amistosa entre a população de ambas tornou-se conflitante, em razão do estereótipo pejorativo que se criou em torno do município maranhense por parte dos teresinenses.

> Na década de 1980, aquela que um dia foi "cidade irmã" de Teresina (PI), devido à proximidade e ao início comum de suas formações na segunda metade do século XIX, não passava de uma "prima pobre," como afirma o Professor Fonseca Neto (2002, p. 80), "[…] parece haver, no presente, formas diferentes de como Teresina (PI) e Timon (MA) se enxergam mutuamente"[33].

[31] BRASIL. Lei Complementar Nº 112, de 19 de Setembro de 2001, Brasília, 2001. Ver também: BRASIL. Decreto Nº 10.129, de 25 de Novembro de 2019, Brasília, 2019.
[32] BRASIL. Decreto Nº 4.367, de 09 de Setembro de 2002. Brasília, 2002.
[33] SANTOS, op. cit., 2007, p. 65.

Timon (MA) passou a ser vista como “cidade-dormitório” e “cidade-sem-lei”, conceitos que em sua gênese não configuram depreciação, contudo assim foram usados.

> [...] até os anos 1990, os teresinenses adoravam criticar os timonenses, comparando uma cidade com uma capital (algo injusto), e com isso demonstrando o atraso de Timon (MA) e o grande desenvolvimento de Teresina (PI) e que por isso Timon (MA) não passava de um dormitório, pois todas as suas atividades eram realizadas na “Verd Cap.”[34].

A noção de “cidade-dormitório” é referente à condição de uma cidade que possui grande número de sua população estabelecendo relações socioeconômicas em outra cidade durante o dia e que somente à noite voltam a povoá-la. O termo “cidade-sem-lei”, no entanto, caracteriza a ausência de segurança e “ordem”, na qual o policiamento não é capaz de conter a violência e marginalidade daquele determinado lugar. Os timonenses têm enfrentado esse constrangimento já há algumas décadas, há muito marcados pelo estigma de cidade atrasada.

A relação intrínseca entre Timon (MA) e Teresina (PI) deu-se desde a criação de ambas cidades, há mais de um século, e passou-se a estreitar ainda mais essa ligação através da instalação dos primeiros bairros planejados de Timon (MA) na década de 1950, os loteamentos Santo Antônio e Parque Piauí, este último em menção honrosa o estado vizinho e no qual a maioria dos seus primeiros moradores provinham de Teresina (PI). Para exemplificar a situação o autor Élcio Coelho faz menção a uma matéria do jornal local *Correio de Timon*, que circulava na época, o qual afirmava que o bairro Parque Piauí seria um bairro de Teresina (PI) na cidade de Timon (MA)[35]. A criação desses bairros contou com a participação do poder público através da atitude do prefeito Joaquim Ferreira de recorrer à iniciativa privada com o intuito de promover a urbanização do município e propiciar o rompimento dos limites urbanos herdados ainda dos primeiros anos do século XX[36].

Também no setor educacional, até a década de 1980, os timonenses possuíram pouca oferta de escolas em decorrência de uma grande demanda de estudantes. Ainda segundo o historiador Raimundo dos Santos,

---

[34] SANTOS, op. cit., 2007, p. 106.
[35] CORREIO DE TIMON, 1956 apud COÊLHO, 2015, p. 43.
[36] COÊLHO, José Elcio. **Padre Delfino e Timon:** vida, missão e história. Teresina: EDUFPI, 2015, p. 42-43.

> até meados da década de 1960, em Timon (MA) funcionava apenas o Ensino Primário, correspondente ao atual Ensino Fundamental I – 1ª a 5ª série. O Ensino Fundamental II de 6ª a 9ª série, que correspondia ao Ginásio, foi implantado no período do governo de Napoleão Guimarães (1966-1969) através de um convênio com o governo do Estado do Maranhão. [...] O Ensino Médio atual, na época chamado Segundo Grau Científico, foi introduzido em Timon (MA) no governo do Prefeito Luiz Pires, no início da década de 1980[37].

Dessa forma, o município não conseguia suprir as necessidades educacionais da população, levando parte da comunidade timonense a estudar em Teresina (PI). A capital piauiense absorveu não somente o excedente educacional do município de Timon (MA), como também a população necessitada de cuidados médicos, fato que ocorre até os dias atuais, muito embora em menor escala e parte da mão de obra.

Os fatos anteriormente citados datam de um tempo um tanto quanto recuados, mas são importantes à medida que servem de demonstração para que se possa compreender algumas das transformações ocorridas no aspecto urbanístico e educacional da cidade e as relações estabelecidas com seus vizinhos da margem direita do rio, seria o que se pode constatar na concepção da geógrafa Ana Fani Carlos, ao perceber que a partir da paisagem urbana é possível compreender o urbano, a sociedade, e a dimensão social e histórica do espaço urbano[38]. De modo semelhante Roberto Lobato Côrrea, entende o espaço urbano como “um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente”[39].

Avançando na lista de transformações ocorridas no município aqui estudado e também um pouco no tempo, já nas primeiras décadas dos anos 2000, observamos que Timon (MA) foi o município com o segundo maior investimento em habitação do estado do Maranhão, destacando-se junto ao município de Caxias como responsáveis pelo desempenho da mesorregião Leste Maranhense[40]. Investimento esse que favoreceu a redução do déficit habitacional da cidade em 70%[41]. Além desses pontos, investimentos voltados para saneamento básico, saúde, educação, criação de creches (até então inexistentes), incentivos fiscais visando o

---

[37] SANTOS, op. cit., 2007, p. 51.
[38] CARLOS, op. cit., 2015, p. 23.
[39] CORRÊA, op. cit., 2004, p. 08.
[40] MARANHÃO. Governo do Estado. **Diagnóstico do Setor Habitacional** – Produto 2. Maranhão, 2010, p. 19.
[41] PREFEITA Socorro Waquim atua em todas as áreas com sucesso. **Revista Prefeitos & Vices**. Brasília, n. 13, p. 32-47, set/out 2011.

favorecimento de instalações de empresas, contribuíram em certa medida para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da cidade e o desenvolvimento socioeconômico. Fatos como esses permitiram a Timon (MA) o recebimento do prêmio da Organização Brasil Américas, na categoria “100 cidades mais dinâmicas do Brasil” (2011). Sobre o episódio vale frisar que

> é a 16ª edição do prêmio e a organização tem indicações da Organização Mundial de Estados, Municípios e Províncias (OMEMP). A ideia é reconhecer as instituições públicas verdadeiramente compromissadas com as questões sociais, políticas, econômicas e administrativas. A escolha foi feita por meio de pesquisa do Ministério das Cidades, Instituto Brasileiro de Geografia e Estáticas (IBGE) e Jornal do Brasil, sobre o Índice de Qualidade de Vida (IQV) nas cidades brasileiras[42].

Timon (MA) também foi destaque, junto a outros municípios maranhenses, em reportagem especial divulgada pela revista *Veja* com o título de “As 20 Metrópoles Brasileiras do Futuro”. O município foi evidenciado com vocação para o comércio, conforme pesquisa realizada pelo periódico, ocupando a 18º posição no ranking das cidades médias brasileiras em ascensão econômica apresentadas no quadro "O Brasil em 10 vocações", levando em consideração a taxa de crescimento econômico igual ou superior à nacional, de 4% ao ano, no período de 2002 a 2007, Timon (MA) logrou destaque com a média anual de 6,5%[43].

Nesse início de século foi publicado pelo jornal *O Globo* um estudo que revelou que entre os anos de 2001 e 2003 a desigualdade entre os brasileiros mais ricos e os mais pobres teria aumentado:

> A desigualdade entre os mais pobres e mais ricos no mercado de trabalho aumentou entre 2001 e 2003. A constatação de estudo inédito feito pelo professor da Unicamp Marcio Pochmann abre uma polêmica numa questão que parecia consensual. [...] Nos 20 anos em que o economista se debruçou para analisar o comportamento da desigualdade, o período de 2001 a 2003 foi o segundo pior no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, que reúne todas as riquezas produzidas no país durante o ano). A economia nesse intervalo cresceu só 1,2%. Esse desempenho só não é pior ao observado entre 1990 e 1992, anos em que o Brasil conviveu com o confisco do início do governo Collor, seguido de renegociação da dívida externa. O rendimento real refletiu o desempenho pífio do PIB, caindo 3,6% de 2001 a 2003, a segunda maior queda do período[44].

---

[42] TIMON entre as 100 cidades mais Dinâmicas das Américas. **Meio Norte**, 2011. Disponível em: http://www.meionorte.com/blogs/brogdoplant/timon-entre-as-100-cidades-mais-dinamicas-das-americas-169301. Acesso em: 20/11/2018.

[43] AS 20 Metrópoles Brasileiras do Futuro. **Revista Veja**. Edição 2180, ano 43, nº 35, set. 2010, p. 126.

[44] DESIGUALDADE na berlinda, **O Globo**. Rio: 28 fev. 2005, p. 01.

Com isso, percebemos que os primeiros anos do Brasil no novo milênio não foram dos mais fáceis em se tratando de economia. Mesmo nesse cenário, entre os municípios maranhenses, Timon (MA) encontrava-se na quarta posição quanto à arrecadação de ICMS e em quinto lugar em relação à população. Tendo sua economia voltada para pequenos negócios, para o setor informal e para a agricultura de subsistência[45].

Em geral, as mudanças de um ano para outro trazem consigo novas esperanças e expectativas, e não foi diferente com a passagem do século XX para o século XXI, levando muitos a aspirarem a chegada de um futuro que traria consigo o tão sonhado desenvolvimento e modernidade. Foi, talvez nesse sentido, que nesse período no Brasil o Governo Federal passou a investir mais significativamente em políticas de incentivo social, proporcionando a diminuição da pobreza no território nacional e maior desenvolvimento em diversos setores do país.

## 1.2 Primeiros anos do novo século e mudanças no cenário político nacional

Muitas mudanças ocorreram no início do novo milênio, como já mencionamos anteriormente alguns exemplos, contudo, no que tange o cenário político tanto o Estado do Maranhão quanto o governo brasileiro adentraram os anos 2000 com gestões remanescentes das últimas eleições do antigo século. No caso do Maranhão a governadora Roseana Sarney, e no cenário nacional o presidente Fernando Henrique Cardoso, que em 2003 passou a faixa presidencial ao então eleito presidente Luís Inácio Lula da Silva. A governadora do estado do Maranhão não chegou a concluir seu segundo mandato em vista a abdicação do cargo um ano antes do término previsto para sua gestão, assumindo a administração o seu vice José Reinaldo, em 2002.

No âmbito local a Prefeitura de Timon (MA) esteve sob o comando de Sebastião de Deus Ferreira, que encerrou seu governo no ano de 2001, logo em seguida voltou à prefeitura a gestão do político Chico Leitoa por mais um mandato, já havendo chefiado o município no período de 1993 a 1996 e em 2005 Timon (MA) foi administrada pela profª. Socorro Waquim por dois mandatos, quando em seguida

[45] TIMON, op. cit., 2002, p. 18.

assumiu a gestão municipal Luciano Leitoa durante dois mandatos subseqüentes entre os anos de 2012 a 2020.

Visando melhor compreensão do cenário descrito acima consideramos necessário o quadro com os nomes dos gestores em âmbito nacional, estadual e municipal e seus respectivos mandatos, a seguir:

**Tabela 02 – Presidentes do Brasil (1995 – 2016)**

| **Presidentes do Brasil (1995 – 2016)** | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | **Início do mandato** | **Fim do mandato** | **Partido** |
| Fernando Henrique Cardoso | 01 de janeiro de 1995 | 31 de dezembro de 1998 | PSDB |
| Fernando Henrique Cardoso | 01 de janeiro de 1999 | 31 de dezembro de 2002 | PSDB |
| Luiz Inácio Lula da Silva | 01 de janeiro de 2003 | 31 de dezembro de 2006 | PT |
| Luiz Inácio Lula da Silva | 01 de janeiro de 2007 | 31 de dezembro de 2010 | PT |
| Dilma Rousseff | 01 de janeiro de 2011 | 31 de agosto de 2014 | PT |
| Dilma Rousseff | 01 de janeiro de 2015 | 31 de agosto de 2016 | PT |

**Tabela 03 – Governadores do Maranhão (1995 – 2014)**

| **Governadores do estado do Maranhão (1995 – 2014)** | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | **Início do mandato** | **Fim do mandato** | **Partido** |
| Roseana Sarney | 01 de janeiro de 1995 | 31 de dezembro de 1998 | PFL |
| Roseana Sarney | 01 de janeiro de 1999 | 05 de abril de 2002 | PFL |
| José Reinaldo | 05 de abril de 2002 | 31 de dezembro de 2002 | PSB |
| José Reinaldo | 01 de janeiro de 2003 | 31 de dezembro de 2006 | PSB |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Jackson Lago | 01 de janeiro de 2007 | 17 de abril de 2009 | PDT |
| Roseana Sarney | 17 de abril de 2009 | 31de dezembro de 2010 | PMDB |
| Roseana Sarney | 01de janeiro de 2011 | 10 de dezembro de 2014 | PMDB |
| Arnaldo Melo | 10 de dezembro de 2014 | 31 de dezembro de 2014 | PMDB |

**Tabela 04 – Prefeitos de Timon (MA) (1997 – 2015)**

| **Prefeitos de Timon (MA) (1997 – 2015)** | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome** | **Início do mandato** | **Fim do mandato** | **Partido** |
| Sebastião de Deus | 01 de janeiro de 1997 | 31 de dezembro de 2000 | PDT |
| Chico Leitoa | 01 de janeiro de 2001 | 31 de dezembro de 2004 | PDT |
| Socorro Waquim | 01 de janeiro de 2005 | 31 de dezembro 2008 | PMDB |
| Socorro Waquim | 01 de janeiro de 2009 | 31 de dezembro 2012 | PMDB |
| Luciano Leitoa | 01 de janeiro de 2013 | 31 de dezembro 2016 | PSB |

As historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling observam que durante a gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) houve as primeiras inclinações políticas voltadas para ações sociais por parte do governo federal na democracia recente e a implementação do primeiro programa de distribuição direta de renda, o Bolsa Família. Ainda sobre sua gestão, observam:

> Também se destacou por suas ações no campo social — como os programas Bolsa Alimentação e Peti para erradicação do trabalho infantil —, e especialmente pelos projetos pioneiros comandados pela esposa do presidente, a antropóloga Ruth Cardoso, e voltados para o atendimento à

> população pobre: Comunidade Solidária, Capacitação Solidária, Alfabetização Solidária[46].

As autoras ressaltam, contudo, que somente no governo seguinte, com Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010) foi que esse modelo de políticas públicas foi consolidado, tendo seu foco voltado para o desenvolvimento social e econômico da população, sendo essa a marca do governo em questão, como se pode observar na afirmação a seguir:

> [...] o Brasil assistiu a uma ampliação democrática da República. As grandes marcas dos dois governos de Lula foram o combate à miséria, a redução da pobreza, a diminuição da desigualdade e a expansão da inclusão social. O esforço para aumentar a renda do trabalhador incluiu a formalização do emprego, a ampliação do crédito e o aumento do salário mínimo — de cerca de 60% entre 2000 e 2013. [...] O Programa Bolsa Família, criado em 2004, significou transferência direta de renda para a população pobre e extremamente pobre — em 2013 o Bolsa Família cobria 50 milhões de pessoas, 26% da população do país. Foram mantidas as práticas democráticas, e houve avanço na criação de políticas estruturantes e em escala para incorporação dos brasileiros à rede de proteção social[47].

Faz-se interessante notar que no período de cerca de uma década às ações citadas acima, em âmbito local, houve a redução pela metade do número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza e indigência no município de Timon (MA). Segundo dados do IBGE, no período entre os anos 2000 a 2010 foi possível reduzir em 49,9% o número de pessoas vivendo em condições de pobreza ou indigência, o que em 2000 correspondia a 53,7% da população passou para 26,9% no ano de 2010[48].

Entre tantos programas sociais que surgiram no período podemos apontar ainda como programas de grande relevância social para as cidades brasileiras e, nesse caso inclui-se Timon (MA), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007, tendo por objetivo a retomada de obras de infraestrutura de cunho econômico e social e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009, onde em parceria com a Caixa Econômica Federal passou a subsidiar a obtenção de casas ou apartamentos próprios para famílias de baixa renda. Sendo o município de Timon (MA) beneficiário de 09 conjuntos habitacionais financiados

---

[46] SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. Conclusão – História não é conta de somar. In: SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
[47] SCHWARCZ, op. cit., 2015.
[48] BRASIL. **Relatórios Dinâmico** – Monitoramento de Indicadores. Portal ODM, 2015, p. 03.

pelos programas do Governo Federal, os quais aprofundaremos mais a respeito no capítulo 03.

Desse modo, percebemos as ações intervencionistas do Estado na vida e no cotidiano de seus citadinos incluindo a cidade em que nela habitam. A paisagem urbanística passa, então, por transformações e a experiência social encontra-se em constante mutação. Nesse sentido, a cidade encontra-se como palco do espetáculo da vida urbana e nesse contexto também como protagonista do presente trabalho.

A historiadora Teresinha Queiroz atenta para o fato de a cidade moderna tornar-se objeto de paixão e intenso interesse de pensadores, intelectuais, poetas e tantos a quem o urbano causa inquietações desde o século XIX até os dias atuais. O interesse pela cidade cada vez mais crescente estaria ligado, afirma, ao modo de vida urbano constituir-se quase como um imperativo da modernidade[49].

Essa relação intrínseca que se estabelece entre o desenvolvimento urbano e a ideia difundida de modernidade é possível ser observada também no projeto desenvolvimentista de Teresina (PI), sob o qual destacamos o período a partir da década de 1960, embora não se restrinja somente à essa época como nos demonstra vários estudos anteriores sobre a capital, em que segundo a historiadora Cláudia Fontineles havia se instituído o anseio de adequar a capital piauiense ao modelo modernista da época através da intervenção dos espaços urbanos.

> Influenciado por um forte sopro de nacional-desenvolvimentismo emanado do Governo Federal, e novamente ansiando adequar-se ao que era considerado novo, como um mecanismo de combate à obsolescência e ao atraso do que era visto como ultrapassado, a sociedade piauiense viu surgirem projetos que afirmavam poder introduzir o Piauí nesse novos moldes, cuja intervenção nos espaços urbanos ocorria segundo a perspectiva de que o crescimento econômico era o fator fundamental das transformações[50].

Ainda segundo a autora, essa relação entre as transformações urbanísticas e a modernidade teria sido ainda mais aprofundada no Estado na época em questão devido à ação dos governos militares de difundir a ideia de que "o progresso gerado pelo investimento na infraestrutura física e nos elementos técnicos contribuiria para

---

[49] QUEIROZ, Teresinha. Entre encantos e desafios: pensar a cidade, viver nas cidades. In: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. SOUSA NETO, Marcelo. FONTINELES FILHO, Pedro Pio. **Maneiras de ver a cidade de Teresina.** EDUESPI, 2021, p. 17.

[50] FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. O “jorro efetivo da novidade” e os desafios da modernidade. In: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica:** maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015, p. 204.

incorporar os Estados da região Nordeste no projeto de crescimento nacional e, com isso, conteria as tensões sociais do período"[51].

Isso demonstra não somente o modelo adotado pelo governo vigente, como também é possível inferir a influência desse modelo urbanístico instaurado na capital Teresina (PI) às cidades vizinhas, incluindo assim Timon (MA), visto que a capital até os dias atuais caracteriza um polo referencial para a região, onde podemos apontar destaques para a saúde e educação, além de um polo atrativo de pessoas como já foi mencionado.

> A capital era vista como centro irradiador de consultas e como elemento de atração demográfica, pelos encantos e possibilidades que oferecia. As intervenções promovidas pelo governo do Estado, longe de serem incipientes, eram fortes e traziam muitas repercussões, principalmente na capital do Estado, que era tratada como centro indutor do processo de desenvolvimento por que passava o Piauí. Isso também ocorrera em outros momentos da história local, como já foi exposto, mas a reivindicação da inserção na modernidade experimentada na década de 1970 ecoa mais fortemente na memória da população piauiense, talvez em razão da proximidade temporal ao presente ou dos lugares da memória construídos nesse período e preservados até a atualidade, o que a atualiza e a (re)significa conforme as inquietações do presente, nas quais a cidade é percebida e sentida como materialidade que associa objetividade e subjetividade, suscitando o sonho e a imaginação, explorando o possível e o impossível [...][52].

No que concerne ao estudo da cidade, de acordo com Raquel Rolnik, se faz necessário entender que “não se está nunca diante da cidade, mas quase sempre dentro dela”[53], nos faz refletir sobre o fato de a cidade se tornar o palco para os acontecimentos ao qual o historiador se fará espectador e ao mesmo tempo investigador. Nesse sentido, a cidade é tomada nesse estudo como objeto de investigação, considerando-a em seu cenário, personagens e conflitos.

É interessante notarmos aqui a cidade entendida em seu aspecto urbano, na qual se pode observar a transformação do “fato urbano em conceito de cidade”[54], ambos os conceitos passaram a estabelecer relação tão intrínseca que, a certo modo, um passa a definir o outro e vice-versa. A cidade passa, então, a ser definida pelo espaço urbano em detrimento do espaço rural.

---

[51] FONTINELES, op. cit., 2015, p. 216.
[52] Ibid., p.233.
[53] ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. – 3. Ed. – São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 12.
[54] CERTEAU, op. cit., 2014, p. 160.

A condução do estudo voltado para a análise das transformações urbanísticas da cidade encontra-se ancorado no entendimento de que a partir da paisagem urbana é possível compreender a cidade e sua dimensão social e histórica, conforme a concepção da geógrafa Ana Fani Carlos[55]. De modo semelhante Roberto Lobato Côrrea, entende o espaço urbano como "um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente"[56]. Ou seja, esse espaço, em sua materialidade, é um produto das ações executadas pela sociedade como um todo, num constante fazer e refazer.

Tal movimento dos indivíduos que povoam o espaço citadino assemelha-se, em certa medida ao "*flâneur*", o caminhante, sujeito comum que ao vivenciar as práticas ordinárias da cidade joga com espaços do qual não vê, sendo essa uma característica das práticas organizadoras da cidade habitada, ou seja, a realização espacial do lugar[57]. Estes sujeitos ao habitar a cidade, a consomem ao mesmo tempo em que a produzem, tornam-se agentes transformadores e produtores de mudanças em diversos aspectos sociais levando à alteração da cidade em linhas históricas e geográficas, acarretadas principalmente por sua expansão urbana. Assim, observamos que além do tempo, a vivência humana mantém-se como matéria-prima para o historiador, como observa Marc Bloch ao considerar que a História poderia ser definida como a "ciência dos homens no tempo"[58].

[55] CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. – 9. Ed. – São Paulo: Contexto, 2015, p. 23
[56] CORRÊA, op. cit., 2004, p. 08.
[57] CERTEAU, op. cit., 2014, p. 159.
[58] BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, Ofício do historiador**. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 55.

# 2. PLANEJAR A CIDADE: ENTRE O OLHAR PARA O PASSADO E ESTRATÉGIAS PARA O FUTURO

*"A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado."*
*(Marc Bloch)*

Como vimos, a cidade estabelece relações com as mais diversas esferas sociais, podemos exemplificar isso com a política, setor econômico, população, entre os mais significativos. Por estabelecer tamanhas relações a cidade encontra-se em constante movimento, não se caracterizando como algo extático. Dessa forma, como propõe Ana Fani Carlos, "a cidade seria obra perpétua dos seus habitantes"[59]. É nesse sentido que,

> no espaço urbano, por exemplo, fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade. A ideia de urbano transcende aquela de mera concentração do processo produtivo *stricto sensu*; ele é um produto de processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca) mas também às determinações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, que se articulam na totalidade da formação econômica e social[60].

Nessa perspectiva, a cidade poderia ser aqui comparada a um corpo, por se tratar de uma estrutura que reúne um conjunto de órgãos inter-relacionados, em diferentes aspectos, num sistema necessário à sua existência e do qual precisam estar funcionando em sintonia para o seu pleno desenvolvimento, e embora consiga manter sua estrutura básica está em constante transformação. E como em todo corpo a capacidade de raciocínio e organização se fazem necessárias, nesse caso para o ordenamento das instituições e do corpo social é que emergem os planos e planejamentos, que no entendimento de Raquel Rolnik, refere-se a "uma das características distintivas da estratégia e modo de ação do Estado na cidade capitalista [...], intervenção previamente projetada e calculada"[61].

Jacques Le Goff também observa a necessidade que os poderes locais possuem, desde o século XII, de manter a ordem das cidades através de

[59] CARLOS, op. cit., 2015, p. 33.
[60] Ibid., p. 26-27.
[61] ROLNIK, op. cit., 2002, p. 55.

regulamentações que visem à organização e higiene, num senso crescente de ordem e limpeza no espaço urbano e que contribuem para a progressão do urbanismo[62].

O termo planejamento está relacionado ao ato de preparar-se para algo com o objetivo de evitar ou ao menos minimizar problemas, bem como ampliar as possibilidades de solução. No que se refere ao planejamento das cidades, este se encontra facilmente confundido com o conceito de gestão, segundo Marcelo de Souza, o qual faz questão de esclarecer que o planejamento remete sempre ao futuro diferente da gestão:

> Planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, *tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios.* De sua parte, gestão remete ao *presente:* gerir significa *administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas*[63]*.* (grifo do autor)

Nesse momento o esclarecimento se faz necessário para que atentemos às diferenças e não tomemos um em detrimento do outro, mas que, todavia, percebamos as relações intrínsecas que permeiam o ato de planejar a cidade e o gerenciamento de sua execução para que se alcance o objetivo de um desenvolvimento harmônico e ordenado. Pois entendemos também o planejamento a partir do pressuposto de Michel de Certeau, ao ser parafraseado por Cláudia Fontineles ao elucidar que para planejar as cidades se faz necessário considerar a própria pluralidade do real e dar efetividade a este pensamento plural, ou seja, “é saber e poder articular”[64].

## 2.1 Planejamento estratégico: uma análise

Nos primeiros anos do novo século representantes de vários setores da sociedade timonense reuniram-se para compor o Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Timon (MA) – Agenda 21, publicado em dezembro

---

[62] LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades:** conversações com Jean Lebrun. – São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 1988. p. 113.
[63] SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.- 4ª. Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 46. (grifo do autor)
[64] FONTINELES, op. cit., 2015, p. 200.

de 2002. É interessante notar que a realização do referido documento também foi influenciada pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco 92, que contou com a presença de representantes de 170 países para a aprovação da Agenda 21 Global, a qual traçou propostas envolvendo as dimensões econômicas e sociais com enfoque no desenvolvimento sustentável a partir da inter-relação entre sustentabilidade e dinâmica demográfica, traçando estratégias de combate à pobreza e à miséria e propondo melhorias quanto à saúde pública e a qualidade de assentamentos humanos. Questões que para serem efetivadas necessitam de uma articulação entre a política global e local, conforme a premissa utilizada "Pense globalmente, aja localmente", em que os municípios devem identificar, propor e realizar políticas públicas que harmonizem o desenvolvimento socioeconômico e a proteção ao meio ambiente[65].

Cerca de quatro anos depois da elaboração do planejamento estratégico data a publicação do Plano Diretor de Timon (MA) formulado pelo governo local, em 2006 sendo, portanto, um instrumento de regulamentação da gestão que envolve a maior parte do período aqui estudado. Segundo o relato da profª Socorro Waquim, prefeita em curso durante dois mandatos subsequentes entre os anos de 2005 a 2012, o documento teria sido elaborado somente ao final de sua administração, pois à época em que assumiu o cargo de prefeita do município ainda não possuía tal instrumento normativo:

> [...] nós fizemos o plano diretor, deixamos pronto, inclusive entregue na Caixa Econômica Federal [...]. E por quê que foi entregue à Caixa Econômica? Porque era um recurso federal que se passava via Caixa Econômica e a Caixa Econômica encaminhava aquele documento para o Ministério das Cidades e lá então ele era avalizado pra poder passar a valer no município de Timon (MA), então também foi um projeto que já foi pros últimos dias de governo e praticamente a gente só concluiu e entregou à Caixa[66].

Contudo, certifica a utilização do Planejamento Estratégico como norteador da organização da cidade e das intervenções urbanísticas, e a respeito dele dispõe que

> [...] ele foi feito também assim como foi feito o plano diretor: por um recurso. E ele fazia parte de um trabalho, de uma concepção que era chamada RIDE, a rede de cidades interestaduais de Teresina urbana, Teresina (PI), Timon (MA), Campo Maior (PI)... Era esse entorno da capital e esse projeto

[65] TIMON, op. cit., 2002, p. 13.
[66] WAQUIM, Socorro de Almeida. Entrevista concedida a Sarah Rocha Rios. Timon, 03 nov. 2018.

> a gente seguiu, por exemplo, o plano diretor pra algumas decisões minhas, enquanto de governo, como calçamento, casas, onde colocar, tudo isso a gente considerou sim [...][67].

A obrigatoriedade do Plano Diretor se faz para cidades com mais de 20.000 habitantes e a exigência já existia desde a Constituição de 1988, mas foi somente em 2001 que o Estatuto da Cidade confirmou tal obrigatoriedade. Além do mais, o Plano Diretor Participativo caracterizou-se como objeto de campanha do Ministério das Cidades em 2006 e que de acordo com Erminia Maricato buscava tirar partido dessa compulsoriedade prevista no Estatuto da Cidade para disseminar o debate sobre "a cidade que temos e a cidade que queremos"[68]. E embora a autora critique o modelo em que se constituiu o Ministério das Cidades observa ainda, que sua criação levou a uma abertura de espaço de diálogo entre o governo federal e os governos municipais, segundo o qual detém a competência legal para o desenvolvimento urbano[69].

O planejamento estratégico de Timon (MA) foi elaborado a partir de sugestões e formulações da comunidade, colhidas em seminários, palestras, debates, ouvidorias e audiências públicas, o que na análise de Antônio Façanha caracteriza um ponto positivo à medida que a Coordenação promoveu discussões nos bairros, levando o plano "às ruas da cidade"[70] e logo na apresentação do documento foi projetado um futuro pertencente a todos[71], admitindo seguir uma visão contemporânea para o qual as cidades modernas caminham, no qual procura unir governo e população em uma parceria que visem o crescimento do município.

A composição do documento contou com a participação de inúmeras associações de moradores; representantes de mais de cinquenta entidades, como por exemplo, a pastoral da criança, CREA-Timon (MA), movimento das mulheres, sindicato dos trabalhadores rurais, conselho tutelar, IBAMA, projeto educativo mãos-dadas, entre outros; além de representantes de bancos, igrejas, polícia, rádios e

---

[67] WAQUIM, op. cit., 2018.
[68] MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3ª Ed. – Petrópolis: Vozes, 2014, p. 56.
[69] Ibid., p. 37-38.
[70] FAÇANHA, Antônio Cardoso. Planejamento estratégico e mercado urbano: Teresina em questão. In: LIMA, Antônia Jesuíta (Org.). **Cidades brasileiras:** atores, processos e gestão pública. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 209.
[71] A introdução do documento conta com o título "O futuro pertence a todos". TIMON, op. cit. 2002, p. 07.

jornais; contou ainda com a consultoria de engenheiros e arquitetos. Ou seja, os mais diversos agentes sociais e as mais diversas áreas que compõem a cidade.

Esse aspecto mais democrático às prefeituras municipais não só está exigido no Estatuto da Cidade, o qual prevê a participação da população nas discussões sobre a elaboração dos planos que norteiam a cidade, como se deve também ao recuo das políticas neoliberais e a ascensão da esquerda, que começou a ganhar eleições fora das capitais, no período que sucede o regime militar[72].

Com a elaboração do documento mediante a colaboração entre o governo local e a população sugere que haja uma parceria entre ambos para o desenvolvimento do município. Essa situação em que o indivíduo, dito comum, é chamado ao exercício político nos remete à colocação de Marc Bloch em se tratando de cidades de outra época, mas aplicável ainda a essa situação quando observa que,

> dos homens que viviam então, não havia um que não participasse, quase simultaneamente, de múltiplos aspectos do destino humano: que não falasse e não se fizesse entender por seus vizinhos; que não tivesse seus deuses; que não fosse produtor, traficante ou simples consumidor; que, não tendo papel nos acontecimentos políticos, não sofresse pelo menos seus desdobramentos[73].

O plano centrou sua atenção em eixos como desenvolvimento econômico, desenvolvimento rural, espaço urbano, meio ambiente, saneamento, sistema viário, transporte e tráfego, energia elétrica, comunicações, educação, saúde, habitação, inclusão social, segurança pública, cultura, esporte e turismo. Junto a isso o plano estratégico da cidade apresentou em sua estrutura, um histórico do município, além de macrobjetivos, estratégias e programas que, segundo o mesmo, levaria Timon (MA) a ser “uma flor de cidade”. As estratégias propostas pelo documento como forma de programas visavam atingir metas estabelecidas até o ano de 2015 sendo, dessa forma, de grande importância para o desenvolvimento do município.

Contudo, Antônio Façanha nos alerta sobre os preceitos neoliberais que norteiam o planejamento e a gestão urbana, os quais levam o gerenciamento da cidade a seguir mecanismos que se assemelham ao de uma empresa e que procuram promover a cidade através de estratégias de marketing por meio do

[72] MARICATO, op. cit., 2014, p. 30.
[73] BLOCH, op. cit., 2001, p. 129.

planejamento estratégico[74]. Mas, apesar de apontar essa prática comumente adotada nos planejamentos estratégicos, o pesquisador também nos chama atenção para o fato de Timon (MA) não se utilizar desse modelo e, ao contrário, tentar passar uma imagem mais próxima da realidade em que se encontra o município, diferente de outras cidades como Vitória (ES) e Teresina (PI). Desse modo, de acordo com o autor, no documento em questão

> o município foi discutido através de uma série de eixos de debate, a exemplo, entre outros, do espaço urbano, habitação e esporte. Um aspecto importante desta parte foi que a cidade foi vista dentro do jogo de forças geradoras de espaços contraditórios, abordando questões como as favelas, a poluição e as dificuldades da zona rural, ilustradas com fotografias e mapas que não procuravam fixar, ao contrário de Teresina (PI), uma cidade com imagem homogenia e de "iguais"[75].

Assim vemos que foi levada em consideração a expressão real da cidade, em suas contradições e seus aspectos negativos. Nessa perspectiva, o planejamento estratégico, além de um histórico do município, incluiu em sua discussão a questão do problema da habitação em Timon (MA), a respeito do déficit habitacional e as consequentes apropriações irregulares do solo urbano, além do aumento da criminalidade ao longo dos anos resultante da expansão urbana e do aumento populacional vivido pela cidade e as consequências negativas ao meio ambiente, ocasionado pela relação do indivíduo com o espaço.

O primeiro ponto abordado pelo documento refere-se à situação econômica o levantamento apresentado no documento demonstra uma economia voltada para pequenos negócios, para o setor informal e para a agricultura de subsistência. Segundo consta o setor de comércio e serviços representava 60% da economia do município e, ainda, 55% da população economicamente ativa trabalhava em Teresina (PI), de acordo com dados apresentados pelo SEBRAE-MA, contudo, grande parte dos recursos auferidos por essas atividades seriam aplicados em Timon (MA)[76]. Ainda assim, segundo a Junta Comercial do Estado e o IBGE, em 2001 existiam 514 empresas operando no município, já no setor industrial destacavam-se principalmente a indústria ceramista e moveleira.

---

[74] FAÇANHA, op. cit., 2007, p. 199.
[75] Ibid., p. 210.
[76] TIMON, op. cit., 2002, p. 18.

Entre vários pontos elencados pelo documento como pontos fracos e fortes do município em relação à temática econômica, nos chamou atenção a indicação do baixo nível educacional da população, o que dificultaria o acesso ao emprego e a renda e a migração descontrolada para a região urbana de Timon (MA), esses seriam consideradas ameaças ao desenvolvimento econômico da cidade; enquanto considera como pontos fortes ao seu desenvolvimento econômico sua localização considerada privilegiada em relação à região meio norte do Brasil e a inserção do município em todos os programas federais da rede de proteção social, o que vem corroborar com o direcionamento desta pesquisa.

Não seria possível elencar aqui todas as estratégias e objetivos traçados pelo Planejamento Estratégico objetivando promover o desenvolvimento econômico de Timon (MA), pois se trata de 28 pontos listados no documento, dentre tantos destacamos a proposta de integração da economia timonense com os mercados da região meio norte no âmbito do projeto RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento Grande Teresina; o fomento da qualificação da mão-de-obra para aumento da geração de emprego e renda; a implantação do Polo Industrial de Timon (MA); a implantação de centros e escolas profissionalizantes.

O levantamento realizado para a elaboração do documento revelou, em diferentes momentos, os diversos problemas enfrentados pela população juntamente com a gestão municipal em decorrência do crescimento do número de habitantes da cidade, principalmente no perímetro urbano. Entre os principais destacamos a habitação e o impacto ambiental.

No que se refere à Habitação, aponta-se o problema em torno do acelerado crescimento da população urbana nas últimas décadas e a ocupação irregular do solo urbano. Esse contingente populacional passou a ocupar terrenos periféricos, no entanto ainda dentro da área urbana, já que “Timon é composta por um grande número de pequenos agrupamentos, não muito densos, separados por grandes vazios urbanos”[77] e passaram a viver em habitações em situações precárias e sem condições mínimas de saneamento básico, serviços de coleta de lixo, sistema viário, pavimentação, etc., serviços dos quais são fornecidos pela prefeitura, mas que dificilmente podiam ser oferecido satisfatoriamente devido à ocupação desordenada

[77] TIMON, op. cit., 2002, p. 26.

e o limitado recurso que dispunham as prefeituras da maioria das cidades brasileiras até os primeiros anos do século XXI.

**Imagem 01 – Visão panorâmica de ocupação no bairro Cidade Nova**




Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Timon (MA) – Agenda 21, 2002.

Desse modo, podemos observar na imagem acima que compõe o documento como exemplificação da discussão a respeito da habitação em Timon (MA). Na imagem verificamos a ocupação no Bairro Cidade Nova, onde há diversas casas alternadas entre alvenaria e casas de palha. Não é possível identificar ruas, portanto também não há calçamento e é possível concluir-se não haver serviço de saneamento básico ou até mesmo coleta de lixo, além disso, nota-se uma fumaça escura ao fundo denunciando a realização de queimadas nas proximidades da região, portanto, uma ocupação desordenada.

O documento indica não haver um órgão voltado especificamente para a administração da questão habitacional com que a Prefeitura Municipal possa contar, contudo aponta para a legislação do município referente à Lei de Parcelamento do Solo[78] como o principal norteador para essa questão e ressalta um capítulo da legislação municipal dedicado somente para loteamentos de interesse social, no que

[78]TIMON. Prefeitura Municipal. Lei Municipal Nº 134 de 11 de dezembro de 1991. Timon, 1991.

se afirma favorecer a implantação de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda.

O problema das ocupações irregulares apontado é relacionado à questão da migração e, por conseguinte ao déficit habitacional, na qual segundo dados do PNAD-IBGE de 2001 esse déficit seria de 7.915 moradias. Desse modo, se explicaria o aumento do número de ocupações na cidade devido aos contínuos fluxos migratórios e a necessidade de atenção e desenvolvimento de políticas públicas por parte da gestão municipal em parceria com os governos estaduais e federais direcionadas para sanar o problema apontado. Nesse sentido, o Plano já aponta para o desenvolvimento dos conjuntos habitacionais como uma medida viável, como podemos observar no trecho a seguir:

> Os conjuntos habitacionais são produtos da iniciativa privada, realizados através de financiamento com a Caixa Econômica Federal. São empreendimentos realizados dentro dos critérios urbanísticos adequados e contam com boa infraestrutura e manutenção, muito embora nem sempre sejam bem localizados. De acordo com a Caixa os níveis de inadimplência e abandono de unidades é muito pequeno, o que sugere a existência de uma demanda reprimida, se comparado com Teresina (PI). Onde centenas de casas em conjuntos habitacionais estão abandonadas. Disponíveis em todo o país, as linhas de financiamento do Governo Federal, para programas habitacionais especiais administrados pela Caixa Econômica, nunca foram utilizados em Timon (MA). A atuação da instituição, na área habitacional, está restrita à concessão de financiamento direto, inviabilizando o acesso da população a esses programas[79].

Entre os pontos fortes do município apontados pelo documento quanto à questão habitacional destaca-se a disponibilidade de áreas para implantação de programas habitacionais e como oportunidades elencam a prescrição do Estatuto da Cidade (sancionado um antes da elaboração deste documento) e os programas do Governo Federal para atendimento à população carente; como pontos fracos destacam-se a dificuldade de fiscalização e de controle urbanístico e a continuidade do processo migratório. Entre os objetivos e estratégias traçados para o município, elenca-se 25 (vinte e cinco) pontos, destacamos a proposta de redução dos vazios urbanos através da indução do uso do solo proporcionando o desenvolvimento harmônico da cidade; inibição do processo de especulação imobiliária; definição do perímetro urbano conforme expectativa de crescimento até 2015; reurbanização e

[79] TIMON, op. cit., 2002, p. 38.

instalação de praças públicas em todos os bairros da cidade. Nesse sentido apresenta o seguinte mapa:

**Mapa 02 – Vetores de expansão urbana do município de Timon (MA)**




Fonte: Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Timon (MA) – Agenda 21, 2002.

No mapa acima observamos a indicação da proposta de expansão do tecido urbano no Planejamento Estratégico do município de Timon (MA), onde é possível notar diversos vetores na cor vermelha apontando principalmente para as regiões oeste e sul da cidade. Desse modo, podemos constatar um plano de expansão da área urbana voltado mais as regiões mais periféricas em relação ao centro do município, embora haja alguns vazios urbanos em regiões mais centralizadas.

No caso do impacto ambiental, dois problemas destacam-se com mais veemência. O primeiro estabelece sua relação entre o espaço urbano e o rural, uma vez que se observa a realização de queimadas para a preparação das terras para o plantio, além do desmatamento predatório da vegetação do cerrado, característico na maior parte do município, com o intuito principal de fornecer combustível para padarias, olarias e indústrias ceramistas, localizadas tanto em Timon (MA) quanto

em Teresina (PI)[80]. O segundo refere-se à poluição decorrente à cultura da população de depositar seu lixo em terrenos baldios e a deficiente coleta desses resíduos que são de responsabilidade do governo municipal, mas que como na maioria das cidades brasileiras não dispunha de local para o descarte adequado.

Como na maioria das cidades brasileiras, Timon (MA) não dispõe de local adequado para o descarte do lixo. Com 129.692 habitantes (Censo IBGE 2000), parte dos resíduos continuam sendo despejados a céu aberto, em terrenos baldios, nos talvegues, nas lagoas e nas margens do rio Parnaíba, causando grande prejuízo ao meio ambiente e à saúde pública. O aspecto desagradável resultante desta prática tem sido, em parte, responsável pela inibição do potencial turístico, constituindo obstáculos para o desenvolvimento econômico e social[81].

O documento aponta para a realização de uma parceria entre a Prefeitura de Timon (MA) e o Ministério do Meio Ambiente para a construção de um aterro sanitário e almeja ainda a reativação de uma usina de reciclagem, na qual Timon (MA) já dispunha, mas encontrava-se desativada, que viria servir para a promoção da reciclagem de parte do material coletado na cidade visando melhorias na destinação final do lixo, servindo para a separação e para o processamento de parte considerável dos resíduos.

Aponta-se como as principais formas de poluição da cidade o lixo urbano e as águas servidas, essas últimas seriam águas residuais vulgarmente chamadas de esgotos, devido o costume cultural da população em descartar lixo em terrenos baldios ou até mesmo pela ausência de coleta e de rede de esgoto satisfatória.

Dessa forma, apresentado alguns dos problemas listados pelo plano estratégico, o documento enumerou como pontos fracos ao desenvolvimento urbano do município mais uma vez a ocupação desordenada do uso do solo urbano e a precária fiscalização devido os muitos vazios urbanos e a ausência de aterro sanitário adequado e como pontos fortes a abundância e qualidade de recursos hídricos e de argila de boa qualidade para a indústria ceramista, além da disponibilidade de exploração para o turismo ecológico. Notamos que dentre todos os setores abordados pelo Planejamento Sustentável a área ambiental contou com destaque no número de objetivos e estratégias propostas para seu desenvolvimento, contando com 42 (quarenta e duas) no total, dentre tantas destacamos a indicação

[80] TIMON, op. cit., 2002, p. 22.
[81] Ibid., p. 23.

de coleta e tratamento adequado de resíduos sólidos; a implantação gradativa de áreas verdes; a reativação da usina de reciclagem de lixo.

Em relação ao Plano Diretor, cabe aqui dispor sobre algumas de suas características que vão de encontro à nossa discussão. Intitulado Lei Municipal Nº 1384 de 10 de outubro de 2006, o documento possui uma estrutura mais densa e técnica que o planejamento estratégico e também contou com aspectos democráticos, havendo participação popular em sua composição e traçando objetivos que visam melhorar as condições de vida da população, especialmente os residentes das camadas mais pobres da sociedade timonense.

O plano diretor de Timon (MA) manteve a postura de fomentar o desenvolvimento social articulando aspectos econômicos à sustentabilidade, como demonstra o Art. 8º: "O desenvolvimento socioeconômico se fundamentará no incremento da agricultura, da indústria, do comércio e dos serviços, *aproveitando de forma racional* as potencialidades do território e garantindo a qualidade de vida da população"[82].

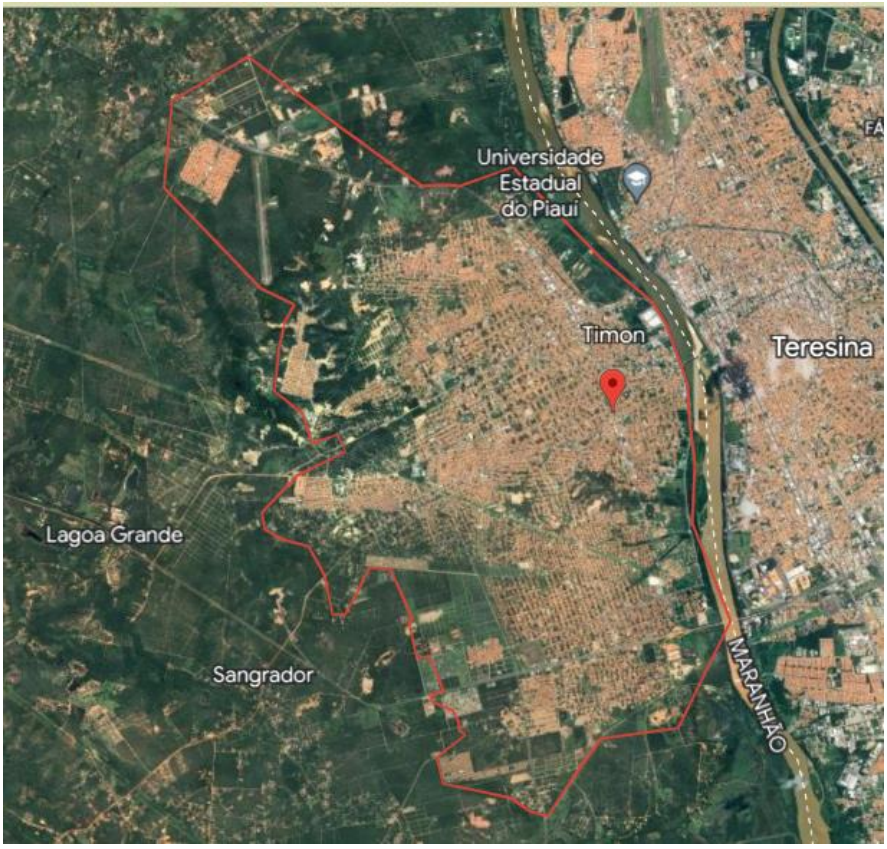
Semelhante às linhas de abordagens do planejamento estratégico o plano diretor estipula como principais objetivos da gestão municipal para o desenvolvimento do município o ordenamento dos seguimentos econômico, social, cultural e administrativo e o aproveitamento dos recursos administrativos e naturais, como também a questão da habitação, a ordenação e ocupação do solo, preservação ambiental e cultural, e ainda a integração entre o governo municipal e os órgãos federais e estaduais. Além disso, eixos que visam o trabalho, lazer, cultura, transporte, saúde e saneamento básico também foram considerados[83].

Há, notoriamente, uma inclinação à contemplação dos setores da habitação e uso da terra, visando estipular diretrizes para uma política habitacional satisfatória aos interesses da população, no entanto, como nos alerta o planejamento estratégico, o município não dispunha de legislação específica sobre o uso do solo. De acordo com o mesmo o perímetro urbano da cidade foi definido quando houve a elaboração da proposta de lei de parcelamento do solo pela Comissão de Parcelamento do Solo, Zoneamento e Perímetro Urbano de Timon (MA), e nela foram definidas duas zonas industriais (ZI-1 e ZI-2), uma zona industrial especial (ZI-

[82] TIMON. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal Nº 1384 de 10 de Outubro de 2006**. Timon, 2006. (grifo nosso)
[83] Ibid., 2006.

3) e quatro zonas comerciais (ZC-1 a ZC-4) num texto que se apresenta de forma rápida e pouco clara sobre o perímetro de cada zona e sem detalhamentos dos critérios de uso, levando a supor que as demais áreas da zona urbana são destinadas ao uso residencial[84]. Assim, muitos terrenos ficam vulneráveis à apropriação indevida propiciando o agravamento das condições socioambientais da cidade, como já mencionamos anteriormente. No mapa a seguir podemos observar a linha vermelha contornando o perímetro urbano do município de Timon (MA):

**Mapa 03 – Perímetro urbano do município de Timon (MA)**




Fonte: Imagem capturada através da ferramenta Google Earth, 2023.

Mas não somente isso o planejamento destinou seu cuidado, a educação é outro ponto que atenção devido à deficiência apresentada pelo município quanto à organização e planejamento de uma grande curricular definida bem como a pouca oferta de unidades de ensino que dispunha a cidade ainda na transição dos séculos. Os dados apontados pelo documento revelam que até dezembro do ano 2000 parte

[84] TIMON, op. cit., 2002, p. 26.

da população timonense sofria com a devida carência no setor educacional, assim sendo,

> a comunidade não dispunha do ensino fundamental de 5ª à 8ª série oferecido no turno diurno, forçando alunos de 10 a 14 anos a estudarem à noite ou em Teresina (PI). Os resultados foram elevados índices de repetência, analfabetismo e evasão escolar, além da significativa defasagem idade/série[85].

Nota-se, em vista ao levantamento realizado, uma estrutura com muitas deficiências envolvendo o setor educacional do município, especialmente no que se refere ao ensino pré-escolar. Segundo consta, nos primeiros anos do novo século foi possível a expansão da oferta de vagas no número de matriculados através do aluguel de sete escolas para o ensino fundamental e pré-escolar, embora no esmo período se tenha construído sete escolas e tendo-se três em fase de construção, o que demonstra uma alta demanda reprimida.

> A demanda de alunos para o ensino fundamental é muito grande, sendo absorvida parcialmente pela rede estadual e pela capital do Piauí. Não foi possível instituir concurso público para todos os níveis e há ainda professores contratados. O ensino pré-escolar é mantido, em muitos casos, em edificações inadequadas, galpões e salões de associações comunitárias[86].

De acordo com os dados apontados o município contava com 32 (trinta e dois) programas e projetos educacionais com os quais estabelecia parcerias com o Estado, Governo Federal e com empresas. Além disso, contava com convênios com os Centros de Formação Tecnológica do Piauí, com a Universidade Federal do Piauí e com a Universidade Estadual do Piauí envolvendo a graduação de professores nas áreas de química, biologia, história, matemática, física e pedagogia, bem como técnicos e funcionários da educação.

Entre os pontos fracos apontados destacamos o reconhecimento da carência de infra-estrutura e de material didático, mão-de-obra insuficiente e mal qualificada, carência de creches para o ensino infantil dependência do sistema educacional do Estado e de Teresina (PI); quanto aos pontos fortes elenca-se a reativação da educação infantil, a ampliação e implementação do ensino fundamental e a implementação de ciclos escolares retentores de evasão e propulsores da

[85] TIMON, op. cit., 2002, p. 34.
[86] Ibid., p. 34.

permanência e extensão do ensino. Como objetivos e estratégias estabelecidas a serem alcançados até 2015, dentre 41 (quarenta e um) pontos, destacamos a redução da repetência, evasão e analfabetismo; democratização da gestão escolar; expansão do sistema educacional e parcerias entre o poder púbico, a iniciativa privada e a sociedade em geral.

Quanto à saúde pública foi apresentada uma estrutura relativamente satisfatória no município, composta por três hospitais, nove clínicas, vinte postos do PSF (Programa de Saúde da Família), sete postos de saúde municipais de saúde na zona urbana e seis postos na zona rural. Contudo, se atentarmos para o tamanho da população essa organização parece tímida para os quase 130 mil habitantes registrados na época. Nota-se também limitações de capacitação profissional, e aqui percebemos uma relação direta com a deficiência do setor educacional, e de infraestrutura e ainda a insuficiência de recursos, pois a maior parte da receita estava comprometida com o salário dos funcionários.

Desse modo, parte da população timonense continuava assistida pela rede hospitalar de Teresina (PI), tanto pelas limitações já apontadas no sistema de saúde de Timon (MA) como também por Teresina (PI) constituir-se como um centro de referência de saúde na região meio norte do país. Assim, os pontos fracos destacados pelo planejamento aponta-se as más condições de atendimento, falta de infra-estrutura adequada e dependência dos serviços de saúde de Teresina (PI); entre os pontos fortes encontra-se a gestão plena de atenção básica à saúde do SUS e PSF atuante. No que se refere aos objetivos estabelecidos destaca-se a adoção de estratégias que visam corrigir os problemas que se apresentam a partir da ampliação dos serviços de atendimento à população timonense, priorização de ações preventivas de saúde e adoção de políticas de valorização dos profissionais de saúde.

O planejamento ressaltou também a importância de programas e projetos em parecerias com o município de Timon (MA) que atendem a população mais carente da cidade prestando assistência social. Algumas das parcerias estabelecem-se com o Governo Federal, como é o caso do “Projeto Roda Moinho” e “Projeto Casa do Guri”, que tem como público alvo crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, bem como o “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)” e o “Agente Jovem”. Houve também parcerias com o setor privado através do desenvolvimento do “Projeto Pequeno Trabalhador” e com a Igreja Católica

através do “Projeto Vida”. Todos esses programas em parceria com o Governo Municipal destinam-se a crianças, adolescentes e jovens e objetivavam fomentar o desenvolvimento social e pessoal dos mesmos.

Nesse sentido, pudemos observar o funcionamento fracionado e multifacetado que compõem o corpo social fundamentado na cidade, e sob essa perspectiva o planejamento caracteriza o tal fio condutor da articulação entre pensar e organizar a pluralidade como já nos foi alertado anteriormente.

Uma pluralidade que como já foi ressaltada por Marc Bloch trata-se da matéria-prima para a disciplina da História, por essa se caracterizar como a ciência da diversidade. Seguindo essa linha de pensamento entendemos, dessa forma, que “a história se define inteira por uma *relação da linguagem com o corpo* (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe [...]”[87].

Assim também nos orienta Roberto Lobato Corrêa: “Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”[88]. Essa materialidade ressaltada previamente é o que também justifica a existência de um plano, segundo o qual institui parâmetros para a constituição física e espacial da cidade, assim observaremos no próximo capítulo algumas dessas transformações.

[87] CERTEAU, op. cit., 2000, p. 77. (grifo do autor)
[88] CORRÊA, op. cit., 2004, p. 09.

# 3. TIMON (MA) ENTRE O PLANEJAMENTO E A EXECUÇÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS E O ALARGAMENTO DO TECIDO URBANO

*"Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras"*
*(Ítalo Calvino)*

Entendemos a cidade como um corpo em constante movimento e o planejamento se constitui como o componente articulador de sua dinâmica a se realizar de forma estratégica e ordenada. Nesse aspecto, o planejamento caracteriza-se como elemento norteador tanto da apropriação que se faz da cidade quanto regulador das intervenções urbanísticas a se realizarem no espaço citadino, tal qual como desenvolvê-la em seus aspectos sociais, urbanos, econômicos, dentre outros. E apesar do incentivo à participação popular em sua composição e de suas características democráticas, está a cargo das entidades governamentais a responsabilidade maior de sua execução.

> Como se pode perceber, o Estado, no período, é o grande construtor e modelador do espaço urbano, tanto regulando sua própria ação quanto a dos outros agentes, e ainda consumindo grandes faixas de terra. Mas os agentes excluídos também constroem a cidade e assim era com muitos homens, mulheres e crianças que chegavam a Teresina (PI) tangidos pelas estiagens que afetavam o Nordeste periodicamente[89].

A citação anterior refere-se à capital vizinha de décadas atrás, mas nem por isso perde seu valor e sua atualidade nesse contexto. Oficialmente o poder de gerenciamento socioeconômico das cidades é conferido às autoridades governamentais, contudo, sabemos e demonstramos nesse trabalho que a cidade é produzida por conjuntos de pessoas, de diferentes camadas sociais e órgãos governamentais e com diferentes interesses. Desse modo, a elaboração da cidade ultrapassa os planos traçados e as linhas grafadas em suas orientações de modelos urbanísticos,

[89] NASCIMENTO, op. cit., 2014, p. 176.

> [...] a cidade aparece como produto apropriado diferencialmente pelos cidadãos. Essa apropriação se refere às formas mais amplas de vida na cidade; e nesse contexto se coloca a cidade como o palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes à diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes[90].

Nesse sentido, como já foi demonstrado em outros momentos, a expansão urbana da cidade de Timon (MA) dos anos mais recentes, se deu, em sua maior ocorrência, sob duas formas, a primeira pela apropriação irregular ou apropriações territoriais que escapam ao controle governamental e a segunda por conjuntos habitacionais. Dois aspectos que estão intimamente envolvidos quando se fala na questão da habitação não só em Timon (MA), mas no Brasil como um todo. Desse modo, se observa que,

> [...] no centro da crise urbana, está o poder conferido pela propriedade privada da terra que cria as atuais normas de acesso à cidade, tanto no que se refere à moradia, como às condições de vida, expressas na contradição entre riqueza e a pobreza; uma cidade que se produz em função de necessidades e objetivos que fogem àqueles do conjunto da sociedade – particularmente da classe trabalhadora[91].

A moradia configura-se como um direito garantido tanto na Declaração dos Direitos Humanos quanto na Constituição Federal do Brasil por meio de uma emenda constitucional incorporada no ano 2000, e justifica-se pela relação direta que mantém com o princípio da dignidade da pessoa humana. No Brasil, até o ano de 2007 foi registrado um déficit habitacional de cerca 5,6 milhões de domicílios[92], daí a natureza de um assunto tão controverso.

> Desde que se processa enquanto uma transgressão às leis de mercado e às margens do quadro jurídico instituído tais formas de acesso à moradia adquirem uma dimensão política, requerendo a intermediação do Estado. A concepção da habitação como um direito configura-se, então, para o morador e para o poder público, através das distintas formas de ocupação não regularizadas. Seja aquela que se faz sem luta, sem visibilidade e sem institucionalização, consolidando-se em face da disponibilidade da terra e da percepção, por parte da população, de um direito natural de morar; seja aquela que assume um teor de luta organizada, de caráter coletivo e

[90] CARLOS, op. cit., 2015, p. 23.
[91] Ibid., p. 33.
[92] Brasil. **Nota Técnica:** Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, 2013. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/130517_notatecnicadirur01.pdf. Acesso em: 11/12/2018.

> também revolucionário no seu sentido jurídico, na medida em que tal luta instala-se como quebra de propriedade[93].

Como já foi mencionado anteriormente, a falta de legislação sobre o uso do solo e a indefinição a respeito das zonas residenciais no município de Timon (MA) faz com que muitos terrenos se encontrem sujeitos aos movimentos de ocupação e de construções em que não se atentam para as condições básicas de segurança e salubridade. A exemplo disso temos no município de Timon (MA) o bairro Cidade Nova, fruto de uma ocupação que se formou logo no início do ano 2000, segundo consta a investigação realizada pelo pesquisador Jurandi da Silva. E entre as principais motivações constam a possibilidade de aquisição da casa própria e o baixo valor comercial dos terrenos dentre outros[94].

> A representação da Figura 30 visou indicar o principal elemento motivador para estas famílias optarem em residir no bairro. Os resultados mostram que estes motivos estão estreitamente vinculados à possibilidade de aquisição da casa própria (32,76%), representada espacialmente no mapa pela maior mancha na cor amarela (classe 6). Este elemento citado na pesquisa teve como principal argumento os elevados preços dos lotes urbanos em outros bairros de Timon (MA) e Teresina (PI), e pode ser confirmado pelos resultados observados na classe 2, mancha na cor laranja, que indicam como motivo para residir ali o baixo valor comercial dos terrenos, tendo como resposta para este item 17,95%. O terceiro motivo mais citado correspondeu a outros motivos (25,36%), na classe 7. Dentre as justificativas para esta questão, foram citadas a separação de casais, brigas de famílias, pessoas sem família, pessoas vindas de outro estado, com problemas de saúde, perda de pessoas da família etc. Vale ressaltar que estas questões não estavam contempladas no formulário da pesquisa de campo, talvez esta série de outras questões explique o fato desta classe ter apresentado um valor tão significativo. Outra explicação para isto é a migração do grande número de chefes de família procedente de outros bairros da cidade. Sobre a classe 4, doação de lote (13,39%), a escolha pode ser justificada pelas ações da administração pública, visto que a prática da doação de lotes e materiais de construção têm sido uma constante nesse bairro. Este comportamento é perfeitamente entendido quando se observa o nível de renda e o grau de escolaridade dos moradores do bairro, revelado pelo estado de pobreza em que vive esta camada da população[95].

---

[93] SOUZA, Maria Ângela de Almeida. Habitação: bem ou direito? O dilema da promoção pública da habitação popular. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; BARREIRA, Irlys Alencar F. **Brasil urbano:** Cenários da ordem e da desordem. – Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza: SUDENE: Universidade Federal do Ceará, 1993, p. 211.

[94] SILVA, Jurandi Oliveira da. **Geotecnologias aplicadas em estudo socioeconômico da ocupação urbana:** o bairro Cidade Nova do município de Timon – MA. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), p. 107.

[95] Ibid., p. 107.

Por se tratar de um problema que se constitui também na dimensão política, nesse caso, portanto, a ser resolvido pela gestão local, segundo a ex-prefeita de Timon (MA), Socorro Waquim, as ocupações foram mapeadas pela prefeitura e mais tarde urbanizadas de forma adequada com o auxílio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)[96]. Quase que em conjunto com o PAC, o Programa de Habitação de Interesse Social deu o pontapé inicial a essas mudanças mais recentes no cenário urbano periférico, esse

> programa apoia ações de construção habitacional para famílias de baixa renda, que viabilizem o acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até R$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais) – de acordo com a respectiva ação, em localidades urbanas e rurais[97].

A respeito do auxílio e da condição da prefeitura como gestora dos recursos públicos advindos dos programas sociais, a profª Socorro Waquim nos relata como foi pensada a realização do benefício diante dessa expansão urbana não planejada pelo município:

> Primeiro programa que nós fizemos de adesão foi retirar todas as casas de taipa do município de Timon (MA). Onde tivesse uma casa de taipa no município de Timon (MA) e que ela estava dentro do perímetro considerado de vulnerabilidade, ou seja, onde as populações mais pobres estão sediadas, então nós tiramos todas as casas, substituímos todas as casas de taipas por alvenarias e já colocamos calçamento, esses equipamentos básicos [...]. Esse foi o programa chamado PHS, depois veio o PAC[98].

O Programa de Aceleração do Crescimento foi lançado em 2007 e tem por objetivo a retomada de obras de infraestrutura de cunho econômico e social que se encontravam, eventualmente, negligenciadas pelo governo federal desde a década de 1980. E, segundo o qual, além da retomada das obras (e também por essa razão) contribuiu para o crescimento do país em relação ao PIB, uma vez que proporcionou a geração de um grande número de empregos formais por todo o país[99].

---

[96] WAQUIM, op. cit., 2018.
[97] BRASIL. **Catálogo de Programas do Governo Federal destinados aos Municípios.** Brasília: MP, 2008.
[98] WAQUIM, op. cit., 2018.
[99] MARICATO, op. cit., 2014, p. 65.

Sob a perspectiva de Erminia Maricato, o PAC atingiu elevado grau de importância para as cidades brasileiras, especialmente para as classes mais pobres, no que diz respeito à urbanização de áreas periféricas e recuperação de áreas urbanas degradadas, possibilitando dessa forma, melhoria significativa na condição de vida da população de menor poder aquisitivo.

> O impacto de tal intervenção é notável no local que é objeto imediato do projeto, mas também pode ser notado na região do entorno devido ao saneamento e à circulação viária que integra esse novo bairro à cidade. O PAC não ignora a cidade existente, mas propõe justamente incorporar esse passivo urbano elevando seu padrão de urbanidade[100].

Sobre o bom desenvolvimento do programa em Timon (MA) a *Revista Prefeitos & Vices*, de circulação nacional, evidencia que

> de 2007 a 2010 foram investidos recursos na ordem de 70 milhões de reais em saneamento básico. Obras de adequação do sistema de abastecimento d'água, construção de rede coletora de esgotos (coletores troncos), estação elevatória, ligações domiciliares e estação de tratamento, que estão em fase de conclusão. Também foram realizadas obras de urbanização de vilas e favelas, por meio da construção de unidades habitacionais, regularização fundiária, construção de equipamentos comunitários e drenagem de águas pluviais, que foram executados com recursos do Governo Federal, por meio do Ministério das Cidades, com a contrapartida da Prefeitura e interveniência da caixa econômica federal[101].

Contudo, correndo o risco de nos tornarmos repetitivos ressaltamos mais uma vez a necessidade de planejamento e gerenciamento dos recursos e para isso tomamos novamente como exemplo a ocupação ocorrida no bairro Cidade Nova, como observa a ex-gestora Socorro Waquim, sobre a importância dos planos de habitação como norteadores das intervenções municipais:

> Todos os planejamentos de habitação eram exatamente para tirar essa questão da invasão. Nós tínhamos alguns pontos na minha época, aqui na Cidade Nova I, Cidade Nova II [...]. E nem era timonense, a pessoa que vinha de Teresina (PI), e isso eu digo com dados comprovados, que vinham pra cá e faziam essas pequenas invasões. Então com essa preocupação de favelização foi que veio o PAC, tirar favelas, substituir a favela por uma moradia digna. Então, nós começamos a trabalhar exatamente nesses pontos nevrálgicos tirando as invasões, acabando com as invasões, mas não acabando expulsando a pessoa, mas dando uma casa digna pra ela morar [...][102].

---

[100] MARICATO, op. cit., 2014, p. 75.
[101] PREFEITA, op. cit., 2011, p. 34.
[102] WAQUIM, op. cit., 2018.

Nota-se, portanto, a importância de planejamentos de habitação voltados as populações mais pobres e sobretudo programas do governo que viabilizem recursos para sua realização, como foi o caso do PAC. Em sua fala também podemos observar que o fluxo migratório de pessoas para Timon (MA) aparece mais uma vez como um problema recorrente ao município, o qual passa a sofrer com o aumento do número de indivíduos vivendo em situação de vulnerabilidade social e acarreta à prefeitura a tomada de medidas que visem resolver a questão. A respeito da origem da população do bairro mencionado a pesquisa de Jurandi da Silva comprova tal afirmação e revela que um terço do contingente populacional que deu formação ao bairro Cidade Nova era de pessoas da área urbana do município de Timon (MA), um dado que demonstra traços da carência de habitações para parte da população timonense e ainda 23.93% provinha da zona rural de Timon (MA). No entanto, do total pesquisado 42.45%, pouco menos que a metade, derivava de outros municípios, incluindo a capital vizinha Teresina (PI)[103].

> Verifica-se que os moradores procedentes de Teresina (PI) (12,25%), mancha lilás, ocupam a área mais central, justamente a área onde se desenvolve o pequeno comércio do bairro próximo à Avenida Raimundo Correia, principal via de circulação do trânsito local. Nota-se, também, um pequeno número de pessoas provenientes do interior do Piauí (4,56%), mancha cinza e de outros lugares (6,27%) localizados no mapa na extremidade oeste, talvez isto seja explicado por se tratar de uma área onde os terrenos são mais baratos, uma vez que os terrenos de Teresina (PI) com esta característica ficam muito distantes do centro e o custo de vida é mais alto do que na cidade de Timon (MA)[104].

Sobre a forma como se realizaram os programas PAC e o PHS somos remetidos à colocação de Jacques Le Goff, levando-nos mais uma vez à comparação da cidade contemporânea à cidade medieval, em que pese à construção das cidades como algo otimista em face à destruição:

> De vez em quando, coloca-se em cena a “demolição” de uma casa [...]. A Idade Média prefere representar canteiros de obras. Isso deve ser visto como uma prova do otimismo dinâmico urbano: a cidade é um lugar em que mais se constrói, do que se conserva ou se destrói[105].

[103] SILVA, op. cit., 2010, p. 105.
[104] Ibid., p. 105-106.
[105] LE GOFF, op. cit., 1988, p. 138.

Não buscamos aqui censurar o modelo em que os programas se efetivaram, mas apenas ressaltar aspectos similares entre as práticas citadinas de outra época. Posto que não nos encontramos alheios às condições de domicílio e infraestrutura (mais precisamente à falta dela) que se sujeita a população mais pobre a habitar face à necessidade de uma moradia contraposta às desigualdades socioeconômicas. E facilmente podemos observar a carência de infraestrutura básica existente no bairro Cidade Nova, como explicita a imagem a seguir:

**Imagem 02 – Casa de palha no bairro Cidade Nova**



Fonte: Silva, J. O. (2008)

Na imagem acima vemos uma casa de taipa cercada por paus e arame com panos estendidos para secar ao sol numa rua sem calçamento ou qualquer tipo esgoto, no lado oposto, se observarmos bem há no solo marcas de resíduos queimados evidenciando também o desprovimento da coleta de lixo acarretando a poluição ambiental e a degradação da terra, os postes de energia elétrica são os únicos elementos que caracterizam uma ação estatal em relação a essa comunidade. É possível notar, dessa forma, que o avanço da expansão urbana extrapola as margens do corpo social e das linhas de planejamento numa velocidade difícil de ser acompanhada pela gestão municipal, mas com indiscutível necessidade de intervenções governamentais que promovam requisitos básicos de infraestrutura e condições mínimas de salubridade, uma vez que a

> terra urbana significa terra servida por infraestrutura e serviços (rede de água, rede de esgotos, rede de drenagem, transporte, coleta de lixo, iluminação pública, além de equipamentos de educação, saúde, etc.). ou seja, a produção da moradia exige um pedaço de cidade e não terra nua. Há necessidade de investimentos sobre a terra para que se ofereça condições viáveis de moradia em situação de grande aglomeração[106].

Logo, a urbanização de vilas e favelas por meio da construção de unidades habitacionais se faz, evidentemente, necessária. Dessa forma, Timon (MA) foi o primeiro município do nordeste a iniciar as obras do PAC e esse respeito a profª Socorro Waquim ressalta a importância do planejamento não só para o ordenamento social, mas também para a execução de projetos que possibilitem a cidade lograr recursos que serão utilizados para a melhoria de vida de seus habitantes, como foi o caso do auxílio advindo pelo programa do governo federal em parceria com o governo municipal:

> a gente conseguiu num tempo realmente recorde ser o primeiro município a assinar com o PAC no Brasil, porque os projetos foram feitos, foram discutidos, rediscutidos, reelaborados, fechadinhos, redondinhos, aprovados e o dinheiro caiu na conta. A partir do município de Timon (MA) vários outros municípios fizeram isso e nós tivemos o prazer de ir a muitas conferências passar a nossa experiência para os outros municípios que não tinham, agora foi também muito aprendizado, aprender muito, bater muito cabeça. Foi uma parceria muito forte com o governo federal e o governo municipal[107].

Por outro lado há uma expansão que se desenvolve idealizada, seguindo padrões harmônicos que atendem às concepções de ordem, higiene e estética, como é o caso da construção dos conjuntos habitacionais populares propiciados pelo programa do Governo Federal Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). No intuito de demonstrar e visualizar a afirmativa tomaremos como exemplo a seguinte imagem:

---

[106] MARICATO, op. cit., 2013, p. 119.
[107] WAQUIM, op. cit., 2018.

**Imagem 03 – Conjunto habitacional Novo Tempo**



Fonte: RIDE – Grande Teresina, SEMPLAN, 2013.

Observamos na imagem o conjunto habitacional Novo Tempo construído através do PMCMV, na qual avistamos diversas casas de alvenarias dispostas simetricamente numa rua devidamente pavimentada com esgotamento a céu aberto, o que é ainda uma realidade em grande parte do Brasil, mas ainda assim observa-se sua existência diferente da situação mostrada no bairro Cidade Nova.

Um tanto quanto diferente do PAC, mas ainda visando sanar o problema da habitação no Brasil, o PMCMV foi lançado em março de 2009 e em parceria com a Caixa Econômica Federal subsidia a obtenção de casas ou apartamentos próprios para famílias baixa renda. Em Timon (MA) esse programa foi responsável pela construção de 09 conjuntos habitacionais, sendo eles: Novo Tempo, Antônio Elouf Simão (Novo Joia), Julia Almeida, Padre Delfino, Primavera, Cocais, João Emílio Falcão, Miguel Arraes, Lourival Almeida e Leonel Brizola[108]. Sendo apenas cinco deles inaugurados e entregues à população dentro do nosso recorte de estudo.

[108] TIMON. Secretaria Municipal de Habitação, 2023.

**Tabela 05 – Lista de conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida em Timon (MA)**

| Conjunto Habitacional | Ano de Entrega | Localidade | Quantidade de Imóveis | Gestor Municipal |
|---|---|---|---|---|
| Novo Tempo | 2011 | Boa Esperança | 2000 | Socorro Waquim |
| Antônio Elouf Simão (Novo Joia) | 2012 | Joia | 250 | Socorro Waquim |
| Julia Almeida | 2012 | Mutirão | 870 | Socorro Waquim |
| Padre Delfino | 2012 | Mutirão | 650 | Socorro Waquim |
| Primavera | 2012 | Cidade Nova | 244 | Socorro Waquim |
| Cocais I e II | 2016 | Flores | 1000 | Luciano Leitoa |
| João Emílio Falcão | 2016 | Parque Alvorada | 500 | Luciano Leitoa |
| Miguel Arraes | 2017 | Joia | 1000 | Luciano Leitoa |
| Lourival Almeida | 2018 | Flores | 500 | Luciano Leitoa |
| Leonel Brizola | 2023 | Vila Monteiro | 500 | Dinair Veloso |

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação, 2023.

É possível, portanto, observarmos uma soma significativa na quantidade de imóveis que consta em cada conjunto habitacional e no número de famílias beneficiadas pelo projeto, sendo essas

> famílias que comprovadamente tinham alto grau de vulnerabilidade, ou seja, tinham de ser famílias que ganhavam de 0 a 3 salários mínimos, tinham que ser famílias que prioritariamente tinha de ser dadas as moradias pra quem era idoso; pra quem era deficiente; pra quem tinha filhos deficientes; para mulheres que sozinha, sem parceiros que ajudasse a subsistência dela; e por fim pra toda família que ganhasse de 0 a 3 salários mínimos. Então esses foram os parâmetros traçados para esse programa dos conjuntos habitacionais [...][109].

[109] WAQUIM, op. cit., 2018.

Muitas das condicionalidades mencionadas acima pela antiga gestora podemos comprovar no decreto que implementa o programa voltado para a habitação social, segundo consta as seguintes diretrizes que definem os grupos prioritários para o acesso aos imóveis, como também define três faixas de rendas para o segmento do programa:

> Art. 3º Para a indicação dos beneficiários do PMCMV, deverão ser observados os seguintes requisitos:
>
> [...]
> III - prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
> III - prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco, insalubres, que tenham sido desabrigadas ou que perderam a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero;
> IV - prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e
> V - prioridade de atendimento às famílias de que façam parte pessoas com deficiência.
>
> § 1º Em áreas urbanas, os critérios de prioridade para atendimento devem contemplar também:
> I – a doação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de terrenos localizados em área urbana consolidada para implantação de empreendimentos vinculados ao programa;
> II – a implementação pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios de medidas de desoneração tributária, para as construções destinadas à habitação de interesse social;
> III – a implementação pelos Municípios dos instrumentos da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, voltados ao controle da retenção das áreas urbanas em ociosidade.
>
> [...]
>
> § 6º Na atualização dos valores adotados como parâmetros de renda familiar estabelecidos nesta Lei deverão ser observados os seguintes critérios:
>
> I - quando o teto previsto no dispositivo for de R$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), o valor atualizado não poderá ultrapassar 10 (dez) salários mínimos;
> II - quando o teto previsto no dispositivo for de R$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais), o valor atualizado não poderá ultrapassar 6 (seis) salários mínimos;
> III - quando o teto previsto no dispositivo for de R$ 1.395,00 (mil, trezentos e noventa e cinco reais), o valor atualizado não poderá ultrapassar 3 (três) salários mínimos[110].

A proposta do programa assemelha-se à política habitacional adotada durante o regime militar, embora tenha sido um período desfavorável às prefeituras que se

[110] BRASIL. **Lei Federal Nº 11.977**, de 07 de julho de 2009. Brasília, 2009.

viam com poucos recursos financeiros devido ao modelo de centralização política estabelecida no período em questão como já foi citado antes, foi o momento de maior investimento em construção de moradias no país[111]. Nesse sentido, as cidades brasileiras tiveram protagonismo durante o regime militar devido à criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) integrado ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), os quais financiaram a construção de conjuntos habitacionais populares e de semelhante modo, nos dois casos houve um crescimento significativo do PIB em decorrência dos investimentos voltados para a construção civil[112].

Mas apesar de citar tais pontos relativamente positivos envolvendo a política habitacional desenvolvida tanto durante o regime militar quanto na primeira década dos anos 2000, se faz necessário também considerar que as mesmas não foram suficientes para impulsionar a democratização do acesso a terra[113] e se perpetuou a escolha de áreas longínquas dos centros urbanos para a construção dos conjuntos habitacionais reforçando a segregação espacial[114].

Assim, podemos observar tal constatação nas imagens a seguir, onde visualizamos a localização de dois dos conjuntos habitacionais mencionados aqui, sendo eles o conjunto Novo Tempo e Cocais. Na primeira imagem constam dois alfinetes vermelhos indicando a localização de ambos onde é possível perceber sua disposição afastada dos centros urbanos da cidade em regiões longínquas e de acesso limitado. Vale ressaltar também que ambos foram inaugurados em períodos e gestões municipais distintas, mas mantém características semelhantes em certa medida.

[111] MARICATO, op. cit., 2014, p. 76.
[112] Id., op. cit., 2013, p. 21.
[113] Ibid., p. 20.
[114] Id., op. cit., 2014, p. 77.

## Mapa 04 – Localização dos conjuntos habitacionais Novo Tempo e Cocais




Fonte: Imagem capturada através da ferramenta Google Earth, 2023. [adaptada pela autora]

## Imagem 04 – Vista panorâmica do conjunto habitacional Novo Tempo

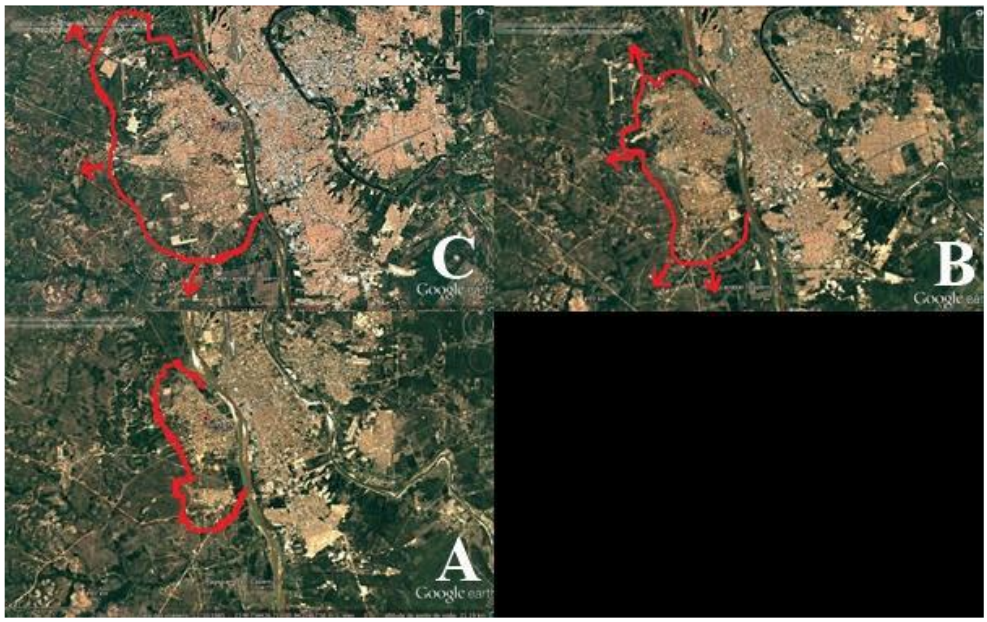


Fonte: Revista Prefeitos & Vices, 2011.

Na figura 03 podemos observar, então, a disposição dos Conjuntos Habitacionais já referidos em formas regulares, o que denota seu planejamento; ambos cercados de grandes extensões de áreas arborizadas; também é possível observar alguns pontos de povoamento em áreas com certa distância dos locais estudados. Já na figura 04 observamos uma extensa área na qual se dispõe diversas fileiras de casas, numa quantidade a perder de vista, bem como, igualmente extensa a área ao redor do conjunto, sendo possível visualizar uma quantidade vasta de árvores a perder-se no horizonte.

Através dos mapas até aqui analisados e da observação da localização dos demais conjuntos, também partindo das diretrizes apresentadas para execução do programa habitacional PMCMV e a partir da análise do mapa a seguir extraído do trabalho desenvolvido pela pesquisadora Juciara Sousa, em que a mesma compara a expansão urbana do município de Timon (MA) em três momentos distintos, podemos observar semelhanças entre os pontos de expansão do tecido urbano das imagens abaixo com os vetores de expansão urbana apontados pelo mapa anexado no Planejamento Estratégico e Sustentável de Timon (MA) – Agenda 21 (ver mapa 02).

**Mapa 05 – Expansão urbana do município de Timon (MA) entre os anos 1985, 2000 e 2016**




Fonte: imagem captura através da ferramenta Google Earth e adaptado pela autora Juciara Sousa, 2017.

De acordo com informações publicadas pela pesquisadora a figura A refere-se ao espaço urbano do município de Timon (MA) em 1985; na figura B trata-se do mesmo espaço urbano no ano 2000, onde se percebe uma ampliação quando comparado ao ano de 1985; e na figura C tem-se o município de Timon (MA) em 2016, em que podemos notar grande expansão urbana comparada aos anos de 1985 e 2000[115]. Desse modo, podemos perceber o alargamento do tecido urbano nos moldes do que foi delineado no Plano Estratégico do município no ano de 2002.

Assim, além do problema da mobilidade urbana que também se encontra no cerne da questão dos conjuntos habitacionais em regiões afastadas, pois é necessário que se pense também na implementação e estrutura do transporte público que contemple essa população que responderá à um novo endereço, outra questão emerge dessa discussão e trata-se da especulação imobiliária e suas conseqüências num sentindo amplo, como aponta a pesquisadora Ermínia Maricato.

> O aumento dos investimentos em habitação sem a necessária mudança da base fundiária tem acarretado, de forma espetacular, o aumento dos preços de terras e imóveis desde o lançamento do PMCMV. Segundo a Embraesp (Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio), o preço de lançamento do m² de imóveis de dois quartos subiu 25% no primeiro trimestre de 2010 em comparação com o primeiro trimestre de 2009, em São Paulo. Nas periferias de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília e Fortaleza, os preços de terrenos dobraram após o lançamento do PMCMV[116].

Em certa medida, como já foi mencionado, esse modelo de política e gestão habitacional assemelha-se em parte com a adotada pelo governo brasileiro durante o Regime Militar, no que se refere à construção de conjuntos habitacionais por todo o país e a escolha de terrenos afastados dos centros urbanos para a sua construção, fato esse ainda muito passível às críticas de pesquisadores e principalmente da população que propõe-se a ser assistida por esses programas sociais voltados para o setor habitacional.

Contudo, embora seja possível apontar algumas semelhanças também é importante ressaltarmos certas diferenças como o caráter autoritário adotado durante o Regime para garantir que a população fosse retirada de áreas de ocupações e transferidas para os conjuntos habitacionais criados pelo Governo,

---

[115]SOUSA, Juciara de Oliveira; MARTINS FILHO, Jorge. **Programa Minha Casa Minha vida e os impactos socioambientais em Timon-Ma:** Uma análise dos conjuntos habitacionais Padre Delfino e Julia Almeida. Revista Equador (UFPI), Vol. 8, Nº 1, p.133 – 15. Disponível em:< http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>.

[116] MARICATO, op. cit., 2014, p. 78.

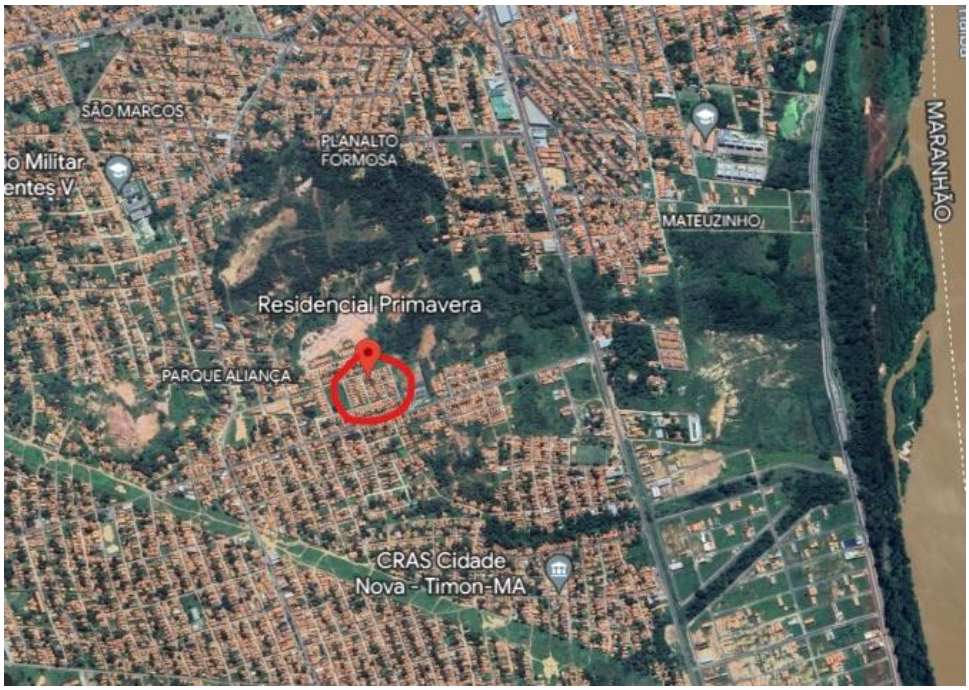
como apontam os historiadores Cláudia Fontineles e Marcelo Neto, no que tange a implementação do Conjunto Habitacional Itararé em Teresina (PI) na década de 1970, em sua pesquisa fica evidente o “caráter coercitivo e a ativa presença do Estado na transferência dos moradores, retirados de forma compulsória de suas antigas moradias”[117].

Diferente desse cenário, podemos inferir que a atuação recente do governo face à política habitacional tem se dado num aspecto mais democrático e participativo, como já demonstramos nos capítulos anteriores onde pudemos ver a população incluída na elaboração de planejamentos da gestão municipal a partir da exigência da política adotada pelo Governo Federal neste início do século, embora não se ignoremos que mesmo não havendo uma imposição mais incisiva nos moldes de outrora, a população necessitada de moradia digna sentir-se impelida, de certo modo, a habitar nesses imóveis localizados em áreas remotas.

À exceção da dinâmica dos conjuntos habitacionais aqui mencionados e analisados, na qual pudemos observar sua instalação em áreas distantes do centro urbano da cidade, o Conjunto Habitacional Primavera deu-se de maneira distinta sendo sua localização próxima a aglomerados urbanos, situando-se num entremeio dos bairros Mateuzinho, Formosa e Parque Alvorada, dentre outros. Na imagem a seguir é possível visualizar sua localização no alfinete vermelho.

[117] FONTINELES, Cláudia C. da S; SOUZA NETO, Marcelo de. **Para Além das Margens:** o Conjunto Habitacional Itararé e as remodelações dos espaços urbanos em Teresina (década de 1970). História Oral, v. 22, n.2, p. 191-216, jul./dez. 2019, p. 207.

**Mapa 06 – Conjunto habitacional Primavera**




Fonte: Imagem capturada através da ferramenta Google Earth, 2023. [adaptado pela autora]

No mapa acima é possível observarmos um cenário um tanto quanto diferente do analisado anteriormente em relação aos conjuntos Novo Tempo e Cocais. No alfinete vermelho e na região marcada pela autora encontra-se o conjunto Primavera, em todo seu entorno vemos grande aglomerado urbano e apenas uma pequena região de mata nas proximidades, também é possível visualizar o rio Parnaíba a poucos quilômetros do local.

Em nossa pesquisa não conseguimos apontar com precisão os motivos que levaram à escolha da instalação do conjunto nessa região mais centralizada que os demais conjuntos, mas levantamos a hipótese de que um dos fatores poderia estar relacionado à quantidade de imóveis do conjunto em questão, uma vez que trata-se do menor em números absolutos, tratando-se de 244 imóveis, enquanto o conjunto Novo tempo, por sua vez possui 2000, sendo até o momento o maior conjunto produzido pelo PMCMV. Nesse caso, notoriamente um necessitaria de uma extensão de área maior que o outro, embora concordemos que seria uma explicação muito simplista para se explicar a escolha da região, havendo evidentemente outros fatores mais significativos como o próprio planejamento da expansão urbana, como já foi explanado anteriormente.

Outro fato relevante à discussão refere-se à Timon (MA) ter sido o segundo município maranhense que mais investiu no setor habitacional entre os anos de 2005 a 2010, segundo dados da Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano do estado do Maranhão, superando até mesmo São Luis, capital do estado. Ficando assim a relação dos gastos dos municípios maranhenses em relação à habitação no ano de 2010:

**Tabela 06 - Relação dos 10 municípios com maiores gastos habitacionais do Maranhão[118]**

| MUNICIPIO | Mesorregião | Região de Planejamento | Receita 2010 | | Gastos com habitação (2005-2010) |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Receita total | Participação da receita tributária (%) | |
| Caxias | Leste Maranhense | Região dos Timbiras | 214.308.937,17 | 3,4 | 47.717.440,45 |
| Timon | Leste Maranhense | Região do Médio Parnaíba | 188.268.709,39 | 2,7 | 25.942.197,64 |
| São Luís | Norte Maranhense | Região da Ilha do Maranhão | 1.553.262.260,17 | 22,4 | 15.363.673,61 |
| Imperartriz | Oeste Maranhense | Região do Tocantins | 307.664.691,01 | 8,8 | 4.891.843,10 |
| Codó | Leste Maranhense | Região dos Cocais | 120.654.701,07 | 7,8 | 3.950.353,70 |
| Açailândia | Oeste Maranhense | Região dos Carajás | 130.570.915,80 | 11,2 | 3.543.039,65 |
| Bacabal | Centro Maranhense | Região do Mearim | 100.296.684,39 | 6,2 | 2.549.247,06 |
| Capinzal do Norte | Leste Maranhense | Região das Flôres | 18.058.211,63 | 3,1 | 2.538.396,37 |
| Santa Inês | Oeste Maranhense | Região do Pindaré | 83.942.125,72 | 5,1 | 2.469.733,30 |
| Pedreiras | Centro Maranhense | Região do Médio Mearim | 46.071.501,89 | 7,6 | 2.334.890,96 |
| ESTADO | | | 9.442.054.967,00 | 36,7 | 283.988.348,26 |

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, 2005-2010.
Cálculo e tabulação: Geosistemas Engenharia & Planejamento Ltda., 2011

Esse avanço apresentado por Timon (MA) na esfera habitacional é também reflexo do crescente investimento no referido setor em todo Brasil, como revela o relatório da Caixa Econômica Federal do ano de 2012 a respeito dos seguintes dados:

> No período de 2001 a 2009, a CAIXA financiou um total de 4.516.364 de unidades. Os investimentos realizados de 2001 a 2009 equivalem a um montante nominal de R$ 139,84 bilhões. Os programas PAC e Minha Casa Minha Vida representam em três anos aproximadamente 68% do que foi investido nos últimos 9 anos[119].

[118] MARANHÃO. Governo do Estado. **Diagnóstico do Setor Habitacional –** Produto 2. Maranhão, 2010, p. 331.
[119] CAIXA Econômica Federal. **Demanda habitacional no Brasil.** – Brasília: CAIXA, 2011, p. 10.

Apesar do avanço em âmbito nacional, sanar o déficit habitacional no Brasil ainda é uma realidade distante, devido a proporção do déficit e os entraves que estabelecem a máquina pública, todavia, diferente desse cenário Timon (MA) chegou bem perto desse objetivo,

> [...] mais de sete mil pessoas foram beneficiadas nos últimos anos com casas do Programa “Minha casa, Minha Vida”, do governo federal, que vem possibilitando a diminuição do déficit habitacional de Timon (MA), que até 2004 era de pouco mais de 10 mil casas. E esse número vai diminuir ainda mais, tendo em vista que até o final deste ano 3,1 mil casas serão entregues à população, fazendo com que esse déficit caia em 70%. Um total de 8.287 famílias se inscreveu para o programa “Minha Casa, Minha Vida”, em Timon (MA), e quase metade delas já receberam suas unidades habitacionais[120].

Os dados referidos acima coincidem com o relato da ex-prefeita de Timon (MA) sobre o déficit habitacional e a eficiência do programa no município, e observa ainda as dificuldades para a conquista de mais recursos que ampliem esse seguimento:

> [...] se chegou praticamente a mais de oito mil casas no município de Timon (MA), num déficit de onze mil, praticamente se atingiu 70% ou mais do déficit habitacional [...]. Então a gente considera que nós avançamos muito, deixamos praticamente zerado. Tanto é, que pelos dados do Ministério das Cidades, Timon (MA) hoje não pode construir uma casa pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida” porque o teto que eles designaram pra Timon (MA), tá todo ele, passou mais de mil casas acima do teto que eles tinham concedido. Então a gente, inclusive, tem essa dificuldade de conseguir novos conjuntos, porque para o Ministério das Cidades o nosso déficit tá praticamente zerado[121].

Muito já foi se falado sobre o avanço no setor habitacional do município de Timon (MA) através dos programas voltados para tal desenvolvimento, outro programa social que contribuiu positivamente para o melhoramento na condição de vida das famílias timonenses que se encontravam mais desfavorecidas economicamente e até mesmo em situação de vulnerabilidade social trata-se do Programa Bolsa Família (PBF). Associado aos outros programas aqui já citados contribuiu ao município maranhense a redução pela metade do número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza e indigência na primeira década dos anos 2000, reflexo do que aconteceu em todo o Brasil, tendo o país saído do mapa da fome.

---

[120] PREFEITA, op cit., 2011, p. 40.
[121] WAQUIM, op. cit., 2018.

A autora Erminia Maricato observa ainda a importância e eficiência do programa Bolsa Família em se tratando da redução da pobreza no Brasil, em especial o nordeste do país, e acrescenta, portanto, que

> praticamente metade dos recursos do Bolsa Família se destina à Região Nordeste, onde os rendimentos do trabalho se mantém os mais deprimidos do país. Recursos da política assistencial e especialmente a transferência de recursos fiscais distributivos (definidos na Constituição de 1988) deram ao nordeste uma condição de crescimento acima da taxa nacional, embora mantenha estacionada sua participação no PIB brasileiro em 13,1%[122].

O Programa Bolsa Família consiste numa transferência direta de renda às famílias pobres e segundo dados do governo federal os investimentos de recursos do auxílio destinados ao município de Timon (MA) foram crescentes desde sua reformulação em 2004, quando foram repassados R$ 7.116.039,00 às famílias timonenses em contrapartida à transferência de R$ 29.584.786,00 no ano de 2012[123].

O benefício se estabelece sob algumas condicionalidades como, por exemplo, o cumprimento da frequência escolar de crianças e adolescentes, como também a necessidade de manter o calendário de vacinas em dias para as crianças de até 07 anos e para as gestantes o acompanhamento do pré-natal, se assim houver na composição familiar. Além do que é necessário manter o cadastro sempre atualizado para que o governo federal consiga identificar as famílias que estão com dificuldade de acessar os serviços de educação e saúde e nesses casos, elas passam a receber atenção prioritária da assistência social para que os problemas sejam solucionados[124]. Dessa forma o programa opera uma articulação que integra as áreas de saúde, educação e assistência social. E assim, o cumprimento das condicionalidades cria condições para que as famílias construam suas próprias capacidades de emancipação social.

Essa integração se constitui de forma interessante e nos leva a falar sobre o investimento no setor educacional, configurando como a área que mais logrou destaque em Timon (MA) nos últimos anos, segundo demonstra o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil referente ao período que remete de 2000 a 2010:

---

[122] MARICATO, op. cit. 2014, p. 45.
[123] Portal da Transparência – Transferência de Recursos por Estado/Município.
[124] BRASIL, op. cit., 2008, p. 14.

> O IDHM passou de 0,479 em 2000 para 0,649 em 2010 - uma taxa de crescimento de 35,49%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 67,37% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,257), seguida por Longevidade e por Renda[125].

De acordo com os dados da prefeitura foram construídas 35 novas unidades de ensino, sendo 28 na zona urbana e 07 na zona rural, além da construção de 08 creches das quais o anteriormente a cidade não dispunha de nenhuma[126]. As creches além de contribuir para o âmbito educacional, no sentido de ser a porta de acesso para o ensino escolar às crianças em anos iniciais e promover seu desenvolvimento cognitivo, como também favorece às famílias cujos pais ou responsáveis não possuem opções de onde ou com quem deixar suas crianças enquanto cumprem sua jornada diária de trabalho. Podemos observar tais questões nos trechos extraídos de reportagens datadas do ano de 2014, a seguir:

> A Prefeitura de Timon (MA) inaugurou na tarde desta quinta-feira (20), as 17h30, a creche Francisca Macedo de Araújo (Abóboras), que fica localizada no Loteamento Boa Vista, no Beco 21. A creche terá capacidade de atender alunos de 3 a 5 na modalidades de educação infantil. Ao todo serão atendidas 120 crianças em tempo integral (crianças de 2 e 3 anos), e 150 crianças em regime parcial (pré-escola com crianças de 4 e 5 anos). [...] Outra creche, que está em fase de conclusão, no bairro Joia, também será beneficiada com intervenções da Seinfra [Secretaria Municipal de Infraestrutura]. A Rua Diamante, que fica em frente à creche será beneficiada com terraplenagem e será feita a limpeza de todo entorno do local[127]. (Fonte: Secom/Timon–MA)

> De acordo com dona Francisca das Chagas Silva, avó do pequeno Douglas Rangel Sousa, de 3 anos, será mais fácil sair para trabalhar. “Trabalhar será mais fácil, porque tenho onde deixar ele. Eu e todos os outros pais estamos vendo com bons olhos a chegada dessa creche, porque vai trazer mais segurança para nós que precisamos deixar nossos filhos e netos para trabalhar”. Outra mãe também comentou estar contente: “Eu quero muito que as aulas comecem, para ele poder vir brincar e aprender também”, disse Dona Maria Betânia, mãe do pequeno Paulo Vinícius, de 2 anos, que irá frequentar pela primeira vez um ambiente escolar[128].

---

[125] Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/timon_ma. Acesso em: 08/12/2018.

[126] TIMON. **Relatório de gestão (2005 – 2012).** Informativo SEMED, Ano 08, nº 18, dez 2012.

[127] SABÁ, Cláudio. Prefeitura de Timon inaugura creche e beneficia mais de 250 crianças. **Blog do Sabá**, 2014. Disponível em: <https://www.blogdosaba.com.br/2014/03/prefeitura-de-timon-inaugura-creche-e.html>. Acesso em: 03/11/2022.

[128] BASTOS, Samuel. Prefeitura inaugura mais uma creche em Timon. **Portal Gaditas**, 2014. Disponível em:< https://portalgaditas.com.br/prefeitura-inaugura-mais-uma-creche-em-timon/>. Acesso em: 03/11/2022.

Os trechos acima tratam da inauguração de duas creches distintas, a primeira localizada no Loteamento Boa Vista e a segunda no bairro Primavera, este último sendo um dos conjuntos habitacionais contemplados pelo Programa Minha casa Minha Vida ao município de Timon (MA), ambos os bairros localizam-se em regiões periféricas em relação ao centro da cidade.

A construção do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e sua inauguração no ano de 2010 também foi uma conquista para a educação timonense, que representa não somente o acesso mais democrático ao ensino, como previa o planejamento estratégico, como também se apresenta como uma oportunidade de qualificação profissional à população.

> O IFMA Câmpus Timon (MA) foi criado pela Portaria nº. 04 de 06 de janeiro de 2009, sendo que a Portaria Ministerial nº 1.170, de 21 de setembro de 2010 autorizou seu funcionamento e sua inauguração ocorreu dia 27 de dezembro do mesmo ano, em cerimônia realizada em Brasília, sendo nomeada como Diretora Geral Pró Tempore a professora Márcia de Deus Moreno. No dia 04 de março de 2011, foi realizada a aula inaugural que marcou o início de suas atividades [...]. O início de suas atividades administrativas e pedagógicas ocorreu em fevereiro de 2011, oferecendo 360 vagas em cursos de nível técnico, distribuídas na forma integrada ao ensino médio – Vendas, Eletroeletrônica, Comércio (na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA) e os cursos de Vendas e Comércio na forma Subsequente, sendo que estes tiveram sua conclusão em 2012. Atualmente são oferecidos os seguintes cursos e programas: a) Ensino Médio Integrado: Eletroeletrônica, Eletromecânica, Edificações, Administração e Comércio na modalidade PROEJA; b) Concomitante: Comércio; c) Licenciatura: Ciências Biológicas; d) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – PRONATEC, ofertando diversos cursos nas modalidades Concomitante e Formação Inicial e Continuada - FIC. e) Programa Mulheres Mil: ofertando diversos cursos nas modalidades Formação Inicial e Continuada - FIC[129].

O crescimento não foi somente na estrutura de oferta do ensino como também na qualidade da educação, pois em 2009 o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município de Timon (MA) superou a meta estipulada para as escolas municipais, que foi de 3,7 pontos, em contrapartida aos 3,9 alcançados[130]. Nesse sentido é possível notar melhorias na qualidade não somente da estrutura física das escolas como também o cuidado e capacitação dos profissionais da educação.

---

[129] TIMON. **Projeto Político e Pedagógico**. Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Maranhão Campus Timon. Ministério da Educação, 2014, p. 10-11.
[130] TIMON. **Relatório de gestão (2005 – 2012)**. Informativo SEMED, Ano 08, nº 18, dez 2012.

Nesse sentido, em 2016 uma escola da zona rural de Timon (MA) foi contemplada pelo “Prêmio Educa + MA” pelo reconhecimento da sua nota do IDEB obtida no ano anterior, tendo a escola dado um salto no índice, saindo de 1,7 para 4,3, superando até mesmo a meta estipulada para 2021. A escola ficou em 2º lugar entre as escolas públicas do Maranhão nas séries finais do Ensino Fundamental, sendo a premiação uma iniciativa da Secretaria Estadual de Educação, promovendo reconhecimento aos gestores e profissionais de escolas públicas que, no biênio 2015-2016 tenha demonstrado resultados satisfatórios, alcançados na educação básica[131].

A inauguração do Parque Empresarial em Timon (MA) no ano de 2014 também conta como um feito notável para seu desenvolvimento socioeconômico. Parceria realizada entre a Prefeitura Municipal de Timon (MA) e o Estado do Maranhão, em que a prefeitura disponibilizou o terreno para a realização da obra e lançou mão de cerca de 7 milhões em recursos para o custeio em contrapartida aos 11 milhões investidos pelo estado[132]. Localizado próximo ao Conjunto Habitacional Novo Tempo, a realização da obra caracterizava um dos objetivos traçados pelo Planejamento Estratégico em que analisamos no capítulo anterior, no que tange ao desenvolvimento econômico do município, visando o avanço econômico da cidade através da oferta desse espaço para a instalação de empresas que ali instalar-se, tendo em vista em que a população seria beneficiada com a geração de emprego e renda. Vale ressaltar também que esse modelo de empreendimento foi inaugurado no estado maranhense através dessa parceria com Timon (MA), sendo esse município o primeiro a dispor desse modelo de investimento.

> [...] Timon (MA) tem se destacado nos últimos anos devido ao volume de investimentos e estrutura que garante um desenvolvimento ainda maior. Esta expansão nos negócios e empregos pode também refletir excelentes benefícios a toda região que cerca o município, incluindo Teresina (PI). Prova disso são 40 novas empresas que negociam a instalação em Timon (MA). Esta atratividade promovida se deve à estruturação do novo distrito industrial da cidade. [...] Além do incentivo fiscal através do ICMS, a prefeitura contribui com a isenção do IPTU, oferecendo suporte para encaminhar bons projetos ao Banco do Nordeste para atrair financiamento, limpeza e terraplanagem. A Prefeitura de Timon (MA) também é responsável pela captação dos investidores e melhorias na infraestrutura. Entre os fatores que tornam Timon (MA) um "eldorado" para a indústria,

[131] ESCOLA da zona rural de Timon recebe prêmio estadual Educa+MA. **Prefeitura de Timon**, 2016. Disponível em: <http://timon.ma.gov.br/site/?p=16250>. Acesso em: 23/11/2022.
[132] PARQUE Empresarial é inaugurado e entregue aos timonenses. **Prefeitura de Timon,** 2014. Disponível em: <http://timon.ma.gov.br/site/?p=962. Acesso em: 03/04/2023.

> ainda é a posição geográfica, que favorece uma eficiente logística de distribuição para os estados do Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Ceará.
> O empresário Welny Silva ressalta as qualidades de Timon (MA), sobretudo pela topografia dos terrenos que facilitam a construção e a energia de boa qualidade. "Além disso, Timon (MA) está construindo um polo empresarial sério, com projeto muito bem amarrado e seguro. É um local para o empresário que tem a real pretensão de investir". Com o fomento do crescimento industrial, o Banco do Nordeste trouxe a sua primeira agência para a cidade. O gerente local, Horácio Alcântara, afirma que as expectativas para o município, em termos de crescimento econômico, são as melhores. "Esperamos que o número de investimentos recebidos pelo município triplique até 2015 e o potencial de Timon (MA) para a indústria é forte e possibilita grande crescimento"[133].

Na reportagem acima percebemos a expectativa gerada em torno do Parque Empresarial mesmo antes da sua inauguração, mostrando-se como um atrativo econômico para empresários investidores e um modelo a ser seguido pela região.

No âmbito da saúde, destacamos a iniciativa do Governo Federal partindo do Ministério da Saúde quanto à implantação de Unidades de Pronto Atendimento – UPA's nos municípios brasileiros, através de uma série de portarias publicadas entre os anos 2009 e 2012[134], em que a população timonense passou a ser beneficiada com a instalação de uma unidade instalada no bairro Santo Antônio no ano de 2012. A unidade possui uma estrutura de média complexidade (Porte II), atuando entre as Unidades Básicas de Saúde (UBS, anteriormente chamados de PSF) e unidades de urgência hospitalares, e seu funcionamento se deu em função da parceria entre os Governos Federal, Estadual e Municipal.

> Em apenas um mês de funcionamento desde sua inauguração pela governadora Roseana Sarney, no dia 14 de março de 2012, a Unidade de Pronto Atendimento – UPA, de Timon (MA), chegou a realizar 8.579 atendimentos nas diferentes especialidades, como, por exemplo, assistência social, classificação de risco, clinica médica e pediatria, com uma média diária de 350 consultas de urgência e emergência [...]. Destes 8.579 atendimentos registrados na UPA, foram referenciados pacientes para o Hospital Regional Alarico Pacheco (155), nas especialidades: pediatria, clinica médica, clínica cirúrgica e obstetrícia; Hospital Dr. José Firmino de Sousa, no Bairro Parque Alvorada (03), na especialidade: clinica médica; Hospital de Urgência de Teresina (PI) – HUT (29), em casos de cirurgias em geral; Hospital de Terapia Intensiva – HTI (03), no caso de encaminhamentos à UTI; Hospital Casa Mater Aliança (02), casos de clinica

[133] TIMON: Polo empresarial atrai investidor e empresas negociam instalação. **MeioNorte.com**, 2013. Disponível em: < https://www.meionorte.com/noticias/economia/polo-empresarial-atrai-investidores-e-40-empresas-negociam-instalacao-em-timon-220068>. Acesso em: 03/04/2023.

[134] Ver: Portaria N° 2.560, de 28 de Outubro de 2009; Portaria Nº 1.601, de 07 de Julho de 2011; Portaria N° 1.207, de 12 De Junho de 2012.

> médica; Hospital Geral de Caxias (02), cirurgias ortopédicas e Hospital de Doenças Tropicais Nathan Portella – HDIC (06), casos de clinica médica[135].

Destacamos também a instalação da Usina de Reciclagem de Lixo em Timon (MA) sendo a primeira do estado do Maranhão. A notícia de sua inauguração em um dos portais de comunicação do estado chama a atenção para o fato de Timon (MA) tornar-se referência para outras cidades e para a solução do problema da coleta de lixo urbano:

> Timon (MA) – Inaugurada a primeira usina de reciclagem de lixo do Maranhão. O prédio foi construído no aterro sanitário do município por meio de recursos liberados pelo Governo Federal, em torno de R$ 5000 mil. Conforme informações do secretário de Obras do município, Fernando Parente, a usina é a quarta a ser instalada no Nordeste. A mais próxima do Maranhão está situada em Fortaleza (Ceará). “A construção da usina já está despertando o interesse de diversos administradores que querem levar o mesmo modelo para suas cidades, incluindo Teresina (PI), que apesar de ser bem próxima a Timon (MA) e capital do Piauí, ainda não dispõe de uma empresa desse gênero. Com a inauguração dessa obra, começaremos a solucionar o problema crônico do município, que é a constante produção do lixo urbano”, avalia o secretário. Com a inauguração da usina, além de melhorar a coleta de lixo, serão gerados 60 empregos diretos e indiretos.[136].

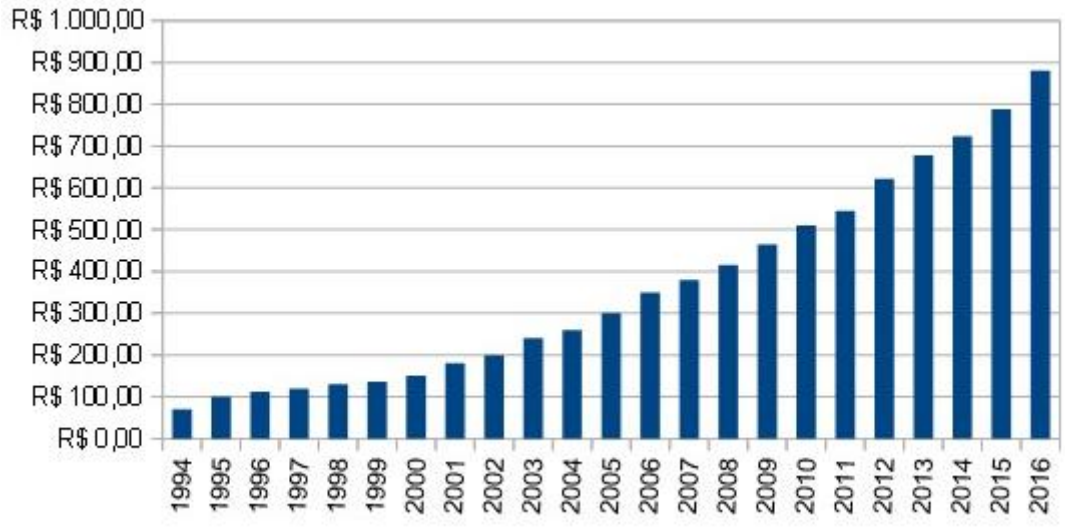
Uma outra questão que apontamos como favorável ao desenvolvimento social em âmbito nacional, e portanto também local, mas que não configura como um modelo de programa social mas refere-se à política de reajuste do Salário Mínimo adotada pelo Governo Federal nos primeiro anos dos anos 2000.

---

[135] ALMEIDA, Ludwig. UPA de Timon bate recorde de atendimentos em apenas um mês de funcionamento. **Blog do Ludwig**, 2012. Disponível em:< https://www.blogdoludwig.com/2012/04/upa-de-timon-bate-recorde-de.html>. Acesso em: 20/04/2023.

[136] USINA de reciclagem de lixo inaugurada em Timon. **Imirante.com**, 2008. Disponível em: https://imirante.com/maranhao/noticias/2008/01/04/usina-de-reciclagem-de-lixo-inaugurada-em-timon.shtml. Acesso em: 10/12/2018.

**Tabela 07 – Gráfico da evolução nominal do Salário Mínimo entre os anos 1994 – 2016**




Fonte: Portal Brasil, 2015. [137]

No gráfico acima podemos observar ainda na década de 1990, mais precisamente a partir de 1994 quando houve então a mudança da moeda vigente, um aumento tímido no salário mínimo comparado à crescente expressiva dos anos seguintes aos 2000. Esse reajuste crescente aponta para uma política de valorização do salário mínimo e entre algumas das tantas conseqüências desse modelo que podemos apontar o aumento do poder de compra é uma das mais significativas.

> Com o governo Lula também se observou considerável retomada do crescimento econômico, vis-à-vis as "décadas perdidas" de 1980 e 1990. Esse crescimento teve explicações robustas no aumento do mercado interno, possibilitado pela expansão do crédito, que passou de 25% para 45% do PIB, na valorização real da massa salarial (o salário mínimo praticamente dobrou em termos reais), nos investimentos em infraestrutura carreados pelo PAC, bem como no investimento expressivo em programas sociais de transferência de renda[138].

[137] SALÁRIO mínimo passa de R$ 788 para R$ 880 a partir de 1º de janeiro. **Pragmatismo Político**, 2015. Disponível em: < https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/12/salario-minimo-passa-de-r-788-para-r-880-a-partir-de-1o-de-janeiro.html>. Acesso em: 16/03/2023.

[138] COÊLHO, Vitarque Lucas Paes. A Política Regional Do Governo Lula (2003-2010). In: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antônio (Orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil:** políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

Também outros programas que aqui não aprofundaremos a discussão, mas que nos apontam certa relevância e impacto nesse cenário, frutos dessa abertura política mais voltada para desenvolvimento social, citamos aqui alguns programas como o Luz Para Todos criado em 2003 voltado para a ampliação do acesso à energia elétrica com foco nas populações residentes na área rural, pois, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano 2000 existiam dois milhões de domicílios rurais não atendidos pela prestação dos serviços de energia elétrica[139]. E o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado em 1995 e ampliado em 2006 pela Lei Nº 11.326[140], também com foco na população da área rural esse programa consiste num conjunto de ações destinadas para o aumento da capacidade produtiva, geração de emprego e elevação de renda dos agricultores familiares, com o objetivo de promover o desenvolvimento na área rural.

Por se tratarem de programas sociais voltados para o espaço rural, enquanto nosso escopo de estudo trata-se do espaço urbano timonense, não nos propomos a aprofundar a discussão a respeito, mas reconhecemos sua relevância no âmbito dessa pesquisa uma vez que o município de Timon (MA) foi beneficiado com sua execução e, portanto sua população também, além disso, é mais um exemplo do desdobramento de políticas mais voltadas para a promoção do desenvolvimento social.

Além dos programas citados, apontamos também os programas direcionados para a ampliação do acesso à universidades no Brasil, sendo eles o Programa Universidade para Todos – Prouni[141] e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni[142], sendo o primeiro instituído em 2005 e o segundo em 2007. O Prouni tem por objetivo a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação em instituições privadas de educação superior, em que as instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos. Por sua vez o Reuni visa à ampliação do acesso e a permanência de mais estudantes no ensino superior em Universidades Federais, sua meta ao ser criado era de dobrar o número de alunos

[139] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2000.
[140] BRASIL. **Lei Federal Nº 11.326**, de 24 de Julho de 2006. Brasília, 2006.
[141] BRASIL. **Lei Federal N.º 11.096**, de 13 de Janeiro de 2005. Brasília, 2006.
[142] BRASIL. **Decreto Nº 6.096**, de 24 de Abril de 2007. Brasília, 2007.

inseridos em cursos de graduação em todo país num período de dez anos, a partir de 2008.

Tais programas destinados à ampliação do acesso e permanência no ensino superior, tanto para instituições privadas quanto públicas, contribuíram para a expansão do número de vagas ofertadas. Como já foi mencionado em outras ocasiões neste trabalho a relação entre o município de Timon (MA) e a capital Teresina (PI) deu-se de forma intrínseca e durante toda a história do município maranhense a capital vizinha acabou por absorver parte da demanda educacional existente em Timon (MA), não sendo diferente em se tratando da educação a nível superior, por mais que o município possua unidades de ensino superior de iniciativa privada e um campus da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, sua estrutura física e pedagógica ainda é bastante tímida, contando com a oferta de apenas 04 (quatro) cursos presenciais, sendo eles: Bacharelado em Administração, Bacharelado em Ciências Contábeis, Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e Licenciatura em Pedagogia.

Sendo assim parte da população timonense acabou se beneficiando em certa medida com esse aumento na oferta de vagas ao qual se destinou às instituições públicas de ensino superior, Universidade Estadual do Piauí – UESPI e Universidade Federal do Piauí – UFPI (Campus Teresina) a partir do programa Reuni bem como o acesso à concessão de bolsas de estudos em instituições particulares através do Prouni, possibilitando, desse modo, certa democratização ao acesso ao ensino superior, formação profissional e mão-de-obra qualificada para a sociedade timonense e região.

Assim, diante do apanhado de informações e dados que trouxemos nesse capítulo é possível perceber que Timon (MA) apresentou um crescimento favorável à sua população. E nos apropriando de Marcelo de Souza, entendemos aqui que a concepção de desenvolvimento vai além de um sinônimo que nos remete à economia, mas que se refere, essencialmente, a uma mudança social positiva.

> Em termos muito singelos e puramente introdutórios, pode-se dizer que se está diante de um autentico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma *melhoria da qualidade de vida* e um *aumento da justiça social*. A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas igualmente, a espacialidade[143].

[143] SOUZA, op. cit., 2006, p. 61.

Nesse sentido, não tencionamos mostrar uma cidade homogênea, mas apenas constatar que, como já foi dito tantas vezes, a dinâmica fragmentada e articulada em que se constituiu a cidade se faz necessária para o avanço referente à melhoria na qualidade de vida. Podemos constatar, portanto que houve um desenvolvimento da cidade de Timon (MA) nesse período, visto que constata-se uma mudança social positiva.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início deste trabalho temos apontado para as várias transformações ocorridas no início do século XXI e algumas vezes se fez necessário até recuar um pouco mais desse período no intuito de exemplificar e se fazer entender melhor as diferenças de um período de tempo para outro. Pudemos acompanhar mudanças no cenário político, econômico, geográfico e principalmente social tanto no âmbito nacional quanto regional.

Dentre as principais mudanças ocorridas nesse início de século, como apontamos referem-se à uma maior abertura política voltada para a criação e ampliação de programas sociais, bem como voltadas para o desenvolvimentos das cidades brasileiras, a partir da implementação de vários mecanismos norteadores no que se refere à urbanização dos espaços citadinos, a exemplos da criação dos Ministérios da Cidade e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome logo nos primeiros anos do novo milênio, além dos programas amplamente citados e analisados.

A pesquisa nos mostra uma Timon (MA) que foi sendo desenhada e redesenhada ao longo dos anos através dos muitos passos de seus agentes sociais, que levaram ao alargamento do seu tecido urbano nas últimas décadas dando-se, essencialmente, de duas maneiras: a primeira a partir do contingente migratório advindo não somente da zona rural do município como também de cidades vizinhas que por meio das ocupações da terra urbana foram tecendo o prolongamento do perímetro urbano; a segunda por meio da construção de conjuntos habitacionais promovidos por programas sociais geridos pela esfera do poder público. Nesse sentido, também verificamos a efetivação do planejamento municipal no que tange a proposta dos vetores da expansão urbana observada no Planejamento Estratégico – Agenda 21, que indicavam, principalmente, para o avanço das regiões oeste e sudeste do município em que observamos a ampliação do seu perímetro urbano ao longo dos últimos anos dando-se para as áreas anteriormente traçadas no plano.

Para nós fica um tanto nítida a importância e a necessidade de elaboração e articulação do planejamento para as cidades, mesmo que a vivência de seus cidadãos escapem do planejamento traçado em linhas tão técnicas e muitas vezes contrarie os planos de seus gestores, nesse caso em específico nos referimos ao

crescimento das ocupações irregulares, mas a necessidade de planejamento se mostra como eficaz em certa medida e até necessária para que o Estado possa proporcionar uma melhor qualidade de vida para os seus cidadãos e além disso, traçar estratégias para se alcançar um desenvolvimento econômico, urbano e social de forma sustentável.

O Planejamento Estratégico de Timon (MA) elencou muitos pontos, estratégias e objetivos a serem alcançados até o ano de 2015 tencionando elevar o município do leste maranhense, em suas palavras, à uma “flor de cidade”. Embora este trabalho não analise cada um de seus objetivos traçados, tanto por não ser esse o objetivo desta pesquisa quanto porque isso demandaria um volume gigantesco de material a ser analisado comprometendo o andamento dessa dissertação, pudemos alcançar resultados que demonstram que seus principais objetivos foram alcançados nas áreas de habitação, saúde, educação, econômica e ambiental.

Nota-se, portanto, a necessidade de um planejamento habitacional que contemple formas democráticas de habitação e como essa ocupação da terra, seja de forma planejada ou desordenada, estabelece relação com as mais diversas áreas, como por exemplo, meio ambiente, saúde, educação, segurança pública, dentre outras. Esse planejamento também se faz necessário não somente para o ordenamento social como também para obtenção de recursos que visam projetos da vida urbana, como fora demonstrado. Entendemos também que o ato de planejar transcende a ideia de apenas organizar o espaço geográfico e se constitui como um articulador da pluralidade social, além de possibilitar a materialidade das formas espaciais.

Paralelo a isso, é importante notar a importância que se constitui os programas sociais como provedores de melhorias na qualidade de vida da população mais pobre, embora muito se critique esse tipo de política, dita assistencialista. Através dos programas mencionados, como Programa Minha Casa Minha Vida, Programa de Aceleração do Crescimento, Programa Bolsa Família, dentre outros, torna-se possível perceber a redução do índice de pobreza no município de Timon (MA), bem como a redução do número de famílias em situação de vulnerabilidade social, reflexo esse de um cenário nacional em que se obteve resultados semelhantes.

Podemos afirmar, portanto, que atuação dos programas do Governo Federal aliados à Gestão Estadual e Municipal propiciou moradia digna em condições salubres à maior parte da população baixa renda através da reurbanização de favelas e a construção de conjuntos habitacionais; a ampliação do acesso ao ensino gratuito com o aumento da construção de unidades educacionais, criação de creches, ampliação da oferta de vagas das universidades, assim como a oportunidade de capacitação profissional através da instalação do IFMA; outras medidas como a política de valorização salarial, em âmbito nacional e a instalação do Parque Industrial contribuindo para seu crescimento econômico através do aumento da renda e de vagas de emprego; implantação da Unidade de Pronto Atendimento (UPA's), ampliando assim, a oferta de assistência médica pública à população necessitada; e por fim, com a construção da Usina de Reciclagem de Lixo que possibilita o tratamento adequado dos resíduos urbanos, a qual interfere diretamente na qualidade de vida da população.

Através da análise desempenhada no presente trabalho aportada em diversos outros estudos e em teóricos que nos serviram de ponto de partida para aportar cada passo dado em vista à investigação realizada, reconhecemos que mesmo havendo muito ainda a ser feito e melhorado em relação às políticas públicas e para o desenvolvimento das cidades, uma vez que direcionamos nosso olhar para o município de Timon (MA) e pudemos avistar uma cidade em sua dinâmica social e seus contrastes aparentes à partir da estética urbanística, contudo podemos considerar, desse modo, que houve melhoramento nas condições de vida da população timonense, caracterizando um avanço significativo na realidade vivida pelos mesmos, podendo-se afirmar que essa mudança social positiva constitui-se como um genuíno desenvolvimento socioespacial e, portanto, com relevante valor histórico.

## REFERÊNCIAS


ALMEIDA, Ludwig. UPA de Timon bate recorde de atendimentos em apenas um mês de funcionamento. **Blog do Ludwig**, 2012. Disponível em:< https://www.blogdoludwig.com/2012/04/upa-de-timon-bate-recorde-de.html>.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história Oral**. – 8ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AS 20 Metrópoles Brasileiras do Futuro. **Revista Veja.** Edição 2180, ano 43, nº 35, set. 2010.

Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/timon_ma.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. – 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2008.

BASTOS, Samuel. Prefeitura inaugura mais uma creche em Timon. **Portal Gaditas**, 2014. Disponível em: <https://portalgaditas.com.br/prefeitura-inaugura-mais-uma-creche-em-timon/>.

BEDÁRIDA, François. Tempo presente e a presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, Ofício do historiador**. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. **Catálogo de Programas do Governo Federal destinados aos Municípios.** Brasília: MP, 2008.

_____. **Decreto nº 4.367,** de 09 de Setembro de 2002. Brasília, 2002.

_____. **Decreto Nº 6.096,** de 24 de Abril de 2007. Brasília, 2007.

_____. **Decreto nº 10.129,** de 25 de Novembro de 2019. Brasília, 2019.

_____. **Lei Complementar Nº 112,** de 19 de Setembro de 2001. Brasília, 2001.

_____. **Lei Federal Nº 11.326**, de 24 de Julho de 2006. Brasília, 2006.

_____. **Lei Federal Nº 11.977**, de 07 de julho de 2009. Brasília, 2009.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Financiamento da Assistência Social no Brasil. Caderno SUAS, ano 3, nº 3, Brasília: 2008.

_____. **Nota Técnica:** Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, 2013. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/130517_notatecnicadirur01.pdf.>.

_____. **Portaria N° 2.560**, de 28 de Outubro de 2009. Brasília, 2009

_____. **Portaria Nº 1.601**, de 07 de Julho de 2011. Brasília, 2011.

_____. **Portaria N° 1.207**, de 12 De Junho de 2012. Brasília, 2012.

_____. **Relatórios Dinâmicos** – Monitoramento de Indicadores. Portal ODM, 2015.

CAIXA Econômica Federal. **Demanda habitacional no Brasil.** – Brasília: CAIXA, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. – 9. Ed. – São Paulo: Contexto, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história.** – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. 22. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COÊLHO, José Elcio. **Padre Delfino e Timon:** vida, missão e história. Teresina: EDUFPI, 2015.

COÊLHO, Vitarque Lucas Paes. A Política Regional Do Governo Lula (2003-2010). In: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antônio (Orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil:** políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4ª Ed. – São Paulo: Ática, 2004.

DESIGUALDADE na berlinda, **O Globo.** Rio: 28 fev. 2005.

ESCOLA da zona rural de Timon recebe prêmio estadual Educa+MA. **Prefeitura de Timon**, 2016. Disponível em: <http://timon.ma.gov.br/site/?p=16250>. Acesso em: 23/11/2022.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. Planejamento estratégico e mercado urbano: Teresina em questão. In: LIMA, Antônia Jesuíta (Org.). **Cidades brasileiras:** atores, processos e gestão pública. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. O “jorro efetivo da novidade” e os desafios da modernidade. In: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica:** maneiras de durar de Alberto Silva na memória do Piauí. – Teresina: EDUFPI, 2015.

_____, Cláudia Cristina da Silva; SOUZA NETO, Marcelo de. **Para Além das Margens:** o Conjunto Habitacional Itararé e as remodelações dos espaços urbanos em Teresina (década de 1970). História Oral, v. 22, n.2, p. 191-216, jul./dez. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2000; Censo Demográfico 2010.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades:** conversações com Jean Lebrun. – São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 1988.

_____. Prefácio à nova edição. In: LE GOFF, Jacques et. al. **A história nova.** – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LULA, Venâncio. Vila de flores. Brasília: [s.e], 1991.

MARANHÃO. Governo do Estado. **Diagnóstico do Setor Habitacional** – Produto 2. Maranhão, 2010.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. 7ª Ed. – Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil.** 3ª Ed. – Petrópolis: Vozes, 2014.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. Cidade, memórias de imigrantes, pobreza e vidas cruzadas. In: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva et al. **Itinerários da pesquisa em história:** a polifonia de um tempo. Teresina: EDUFPI, 2014.

PARQUE Empresarial é inaugurado e entregue aos timonenses. **Prefeitura de Timon,** 2014. Disponível em: <http://timon.ma.gov.br/site/?p=962>.

PIAUÍ. Governo do Estado. **Plano de Ação Integrado e Sustentável Ride Grande Teresina**. Teresina, 2014.

PREFEITA Socorro Waquim atua em todas as áreas com sucesso. **Revista Prefeitos & Vices.** Brasília, n. 13, p. 32-47, set/out 2011.

Portal da Transparência – Transferência de Recursos por Estado/Município.

QUEIROZ, Teresinha. Entre encantos e desafios: pensar a cidade, viver nas cidades. In: FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. SOUSA NETO, Marcelo. FONTINELES FILHO, Pedro Pio. **Maneiras de ver a cidade de Teresina.** EdUESPI, 2021.

_____, Teresinha. A cidade na historiografia brasileira. In: QUEIROZ, Teresinha. et. al. (Org). **Piauí** – História, cultura, patrimônio. – Teresina: Instituto Camilo Filho, 2010.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnes; TETART, Philippe. (orgs.). **Questões para a história do presente.** Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 45.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** – 3. Ed. – São Paulo: Brasiliense, 2004.

SABÁ, Cláudio. Prefeitura de Timon inaugura creche e beneficia mais de 250 crianças. **Blog do Sabá**, 2014. Disponível em: <https://www.blogdosaba.com.br/2014/03/prefeitura-de-timon-inaugura-creche-e.html>. Acesso em: 03/11/2022.

SALÁRIO mínimo passa de R$ 788 para R$ 880 a partir de 1º de janeiro. **Pragmatismo Político**, 2015. Disponível em: < https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/12/salario-minimo-passa-de-r-788-para-r-880-a-partir-de-1o-de-janeiro.html>.

SANTOS, Raimundo N. L. dos. **História, memória e identidade na cidade de Timon na década de 1980**. 2007. 111f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina.

_____. **Timon, uma flor de cajazeira:** do povoamento à vila. – Timon: GRAFETI, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. Conclusão – História não é conta de somar. In: SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Jurandi Oliveira da. **Geotecnologias aplicadas em estudo socioeconômico da ocupação urbana:** o bairro Cidade Nova do município de Timon – MA. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP).

SOUSA, Raimunda de Carvalho. **Timon:** sua história, sua gente. Timon: Fundação Municipal de Cultura, 2005.

SOUSA, Juciara de Oliveira; MARTINS FILHO, Jorge. **Programa Minha Casa Minha vida e os impactos socioambientais em Timon-Ma:** Uma análise dos conjuntos habitacionais Padre Delfino e Julia Almeida. Revista Equador (UFPI), Vol. 8, Nº 1, 2019, p.133 – 15. Disponível em:<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.- 4ª. Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. Habitação: bem ou direito? O dilema da promoção pública da habitação popular. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; BARREIRA, Irlys Alencar F. **Brasil urbano:** Cenários da ordem e da desordem. – Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza: SUDENE: Universidade Federal do Ceará, 1993.

TIMON entre as 100 cidades mais Dinâmicas das Américas. **Meio Norte,** 2011. Disponível em: http://www.meionorte.com/blogs/brogdoplant/timon-entre-as-100-cidades-mais-dinamicas-das-americas-169301. Acesso em: 20/11/2018.

TIMON: Polo empresarial atrai investidor e empresas negociam instalação. **MeioNorte.com**, 2013. Disponível em: < https://www.meionorte.com/noticias/economia/polo-empresarial-atrai-investidores-e-40-empresas-negociam-instalacao-em-timon-220068>. Acesso em: 03/04/2023.

TIMON. Prefeitura Municipal. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Timon (MA) – Agenda 21.** Timon, 2002.

_____. **Lei Municipal Nº 1384 de 10 de Outubro de 2006.**

_____. **Relatório de gestão (2005 – 2012).** Informativo SEMED, Ano 08, nº 18, dez 2012.

_____. **Projeto Político e Pedagógico**. Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Maranhão Câmpus Timon. Ministério da Educação, 2014.

USINA de reciclagem de lixo inaugurada em Timon. **Imirante.com**, 2008. Disponível em: https://imirante.com/maranhao/noticias/2008/01/04/usina-de-reciclagem-de-lixo-inaugurada-em-timon.shtml. Acesso em: 10/12/2018.

WAQUIM, Socorro de Almeida. **Entrevista concedida a Sarah Rocha Rios.** Timon, 03 nov. 2018.